

Madeleine Valérie Fonseca Salomão

**Associativismo e Desenvolvimento
Local – O papel das Associações
Comunitárias da Ilha de São
Nicolau (Cabo Verde)**

Dissertação de Mestrado em Sociologia –
Área de Especialização em
Desenvolvimento e Políticas Sociais

Trabalho efectuado sob a orientação de:

Professor Doutor Joel Augusto Felizes

Dezembro de 2013

DECLARAÇÃO

Nome: Madeleine Valérie Fonseca Salomão

Endereço electrónico: medeleinefonseca@hotmail.com

Título da dissertação de Mestrado: Associativismo e Desenvolvimento Local – O papel das Associações Comunitárias da Ilha de São Nicolau (Cabo Verde)

Orientador: Professor Doutor Joel Augusto Felizes

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado: Mestrado em Sociologia – Área de Especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais.

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, 10 de Dezembro de 2013

Assinatura:

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais, pilares da minha vida,

Levi Conceição Salomão & Ana Paula Dos Santos Fonseca

Agradecimentos

Não poderia deixar esta dissertação sem dirigir algumas palavras de agradecimento, aos que me foram importantes durante esta minha caminhada.

Em primeiro lugar agradecer a Deus, pela vida e pela sabedoria.

Um muito obrigado ao meu orientador Prof. Doutor Joel Felizes, pelos conhecimentos e experiência transmitidos, pela confiança depositada em mim e por ter aceitado ser meu orientador.

De um modo muito especial, agradecer ao Doutor António da Graça e aos Mestres Juvenal Gonçalves e José Moreno, pela gentileza de partilhar comigo os seus conhecimentos, com objetivo de encontrar uma linha de pensamento compatível com a problemática em causa.

À Prof^a Doutora Rita Ribeiro, por me ter acompanhado desde Cabo Verde até à minha chegada em Portugal.

À minha colega e amiga Karla Farah, que desde o primeiro dia de aulas foi sempre meu braço direito, oferecendo-me todo o conforto que lhe cabia.

A todos os meus familiares, agradeço todo o apoio.

Ao meu amigo António Pinto que sempre me incentivou, e ao Simonídio Viana, agradeço a sua preciosa colaboração.

Um muito obrigado, do fundo do meu coração aos meus colegas e amigos Rosalindo Gomes, Ety Spencer, Cleidi Cabral, Demilson Gomes, Daylen Livramento, Ludovico Almeida, Isaías Gomes, Hédine Gomes.

A todos vós, um muito e sincero obrigada.

Resumo

A presente dissertação tem por objectivo provar de que forma as associações de desenvolvimento comunitário, em São Nicolau, têm contribuído no processo de desenvolvimento local, e de crescimento da ilha. O texto inicia com uma descrição sobre o associativismo e desenvolvimento local tendo como ponto de referência a tradição conceptual do que tem vindo a ser entendido por desenvolvimento. A nossa análise centra-se em torno dos conceitos de desenvolvimento local e associativismo.

A estratégia utilizada foi a de estudo de caso, como forma de analisar o papel e o contributo das associações comunitárias de desenvolvimento (ACD) no processo de desenvolvimento local. O nosso discurso centra-se à volta do conceito de desenvolvimento, algumas das suas principais teorias como também a sua evolução. Abordaremos, nomeadamente, os conceitos de desenvolvimento humano, desenvolvimento local, ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, sendo que tanto o desenvolvimento humano como o desenvolvimento local são essenciais para a problemática em causa.

Caracterizamos o processo de desenvolvimento de Cabo Verde evidenciando os seus pontos fortes, as suas fraquezas, e ainda fazemos a descrição daqueles que se tem como parceiros internacionais de ajuda ao desenvolvimento do país. Fazemos menção aos aspetos geográficos e socioeconómicos da ilha de São Nicolau, enquanto área de estudo, com incidência particular ao estado de pobreza da ilha. Damos atenção particular ao associativismo, descrevendo a realidade do país sobre o fenómeno, suas limitações e potencialidades no processo de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Cabo Verde, Associativismo, Desenvolvimento local, Desenvolvimento humano

Abstract

The dissertation has as aims to show how the community development associations in São Nicolau (Cape Verde) have contributed in the process of local development and growth of the island. Therefore, the text begins with the description of the associations and local development having as reference point the conceptual tradition of what has been understood by development, focusing our analysis on ‘the concepts of ‘ local development and partnerships. The strategy used was case study, as the best way to analyze the role and contribution of ACDs in the process of local development. Throughout the text structure, our speech will focus around the development concept, some of its main theories, as well as its evaluation, namely the concepts of human development, local development, ecological development, sustainable development and participatory development. However, it will be considered the human development, as well as, the local development as essential concepts to the issue in discussion.

It is possible to find the characterization of Cape Verde development, with the strengths and weaknesses, and even the description of those considered international development partners aid Cape Verdean. We mention the physical and geographical the island of São Nicolau, as the area of study, indicating the state of poverty the island. It given the opportunity to the part dedicate to the associations, describing the reality of the country about the movement, its limitations and potentialities in the process of local development.

Keywords: Cape Verde, Associations, Local development, Human development

Índice

1. Introdução e objectivos do trabalho	15
1.1. Procedimentos metodológicos.....	18
2. Contextualização do conceito de desenvolvimento	21
2.1. O conceito de desenvolvimento	21
2.2. Teorias no contexto de desenvolvimento.....	26
2.2.1. <i>Teoria da Modernização</i>	26
2.2.2. <i>Pólos e Centros de Crescimento</i>	27
2.2.3. <i>Teoria da Dependência</i>	28
2.2.4. <i>Teoria do sistema mundo</i>	29
2.3. Emergência de novos conceitos de desenvolvimento.....	30
2.3.1. <i>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</i>	31
2.3.2. <i>Desenvolvimento Humano – IDH</i>	33
2.3.3. <i>Desenvolvimento Local</i>	35
2.3.4. <i>Ecodesenvolvimento</i>	39
2.3.5. <i>Desenvolvimento sustentável</i>	41
2.3.6. <i>Desenvolvimento Participativo</i>	43
2.4. O associativismo.....	45
2.4.1. <i>As associações na atualidade</i>	49
2.4.2. <i>Aspectos que dificultam o associativismo</i>	50
2.4.3. <i>O papel das associações no desenvolvimento local</i>	52
3. Desenvolvimento em Cabo Verde	55
3.1. História: caracterização da área de estudo	55
3.2. Aspectos que Dificultam o Desenvolvimento de Cabo Verde.....	58
3.3. Cabo Verde na história	59
3.3.1. <i>Cabo Verde no período entre 1975 a 1990</i>	59
3.4. Parceiros internacionais de ajuda ao desenvolvimento de Cabo Verde	60
3.4.1. <i>Millennium Challenge Corporation (MCC)</i>	60
3.4.2. <i>A União Europeia</i>	61
3.4.3. <i>Comunidade Económica do Estados da África Ocidental- CEDEAO</i>	64
3.4.4. <i>Instituto da África Ocidental (IAO)</i>	65
3.4.5. <i>Organização Mundial do comércio- OMC</i>	66
3.5. Os objectivos de desenvolvimento do milénio em Cabo Verde.....	68
3.6. Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde	70

3.7. Caracterização da ilha de São Nicolau	72
3.7.1. <i>Caracterização física</i>	72
3.7.2. <i>Caracterização socioeconómica</i>	73
3.7.3. <i>Caracterização da pobreza</i>	74
3.8. Associativismo em Cabo Verde	75
3.8.1. <i>Origem e evolução</i>	75
3.8.2. <i>Enquadramento legal e jurídico</i>	77
3.8.3. <i>As associações de desenvolvimento local</i>	78
3.8.4. <i>Caracterização das Associações comunitárias de desenvolvimento</i>	79
3.8.5. <i>Programa nacional da luta contra a pobreza (PNLP)</i>	80
3.9. Associações de Desenvolvimento Local em São Nicolau	81
4. Apresentação dos resultados das entrevistas	87
4.1. Funções das associações	87
4.2. Constituição e funcionamento das associações	89
4.3. Associações vs comunidade local	90
4.4. As parcerias	91
4.5. Projectos realizados com vista a alcançar o desenvolvimento	94
4.6. Limitações das associações	95
Conclusão	99
Referências bibliográficas	107
Anexo - Guião de entrevista aos representantes das associações	111

Abreviaturas utilizadas

ACD	Associação Comunitária de Desenvolvimento
ACDI-VOCA	Agriculture Cooperative Development International/ Volunteers Overseas Cooperative Assistance
CEDEAO	Comunidade Económica do Estados da África Ocidental
CRP	Comissão Regional de Parceiros
CMRB	Câmara Municipal da Ribeira Brava
CMTSN	Câmara Municipal do Tarrafal (São Nicolau)
CV	Cabo Verde
DL	Desenvolvimento Local
DGASP	Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pesca
ECV	Escudos de Cabo Verde
EUA	Estados Unidos da América
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão-de obra
IAO	Instituto da África Ocidental
IDH	Índice Desenvolvimento Humano
ICS	Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade
INE	Instituto Nacional de Estatística
INC	Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas
MCA	Millennium Challenge Account
MCC	Millennium Challenge Corporation
MTS	Ministério do Trabalho e Solidariedade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objectivos Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORAC-SN/ESSOR	Organização das Associações Comunitárias de São Nicolau
PAIGC	Partido Africano de Independência Guiné e Cabo Verde
PDM	Países de Desenvolvimento Médio
PLPR	Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural
PMI-PF	Programa Materno Infantil/Planeamento Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNPL	Programa Nacional de Luta contra Pobreza

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores de Bem-Estar
RDH	Relatório Desenvolvimento Humano
RUP	Regiões Ultraperiféricas
UE	União Europeia
VIH-SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana

1. Introdução e objectivos do trabalho

Esta dissertação enquadra-se no âmbito do programa do curso para a obtenção do grau de mestre em Sociologia-Desenvolvimento e Políticas Sociais, ministrado na Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

O trabalho intitula-se “Associativismo e Desenvolvimento Local – O papel das associações comunitárias da Ilha de São Nicolau (Cabo Verde).

É nossa ambição dar a conhecer o contributo que as associações podem oferecer ao processo de desenvolvimento local, partindo das suas acções centradas no crescimento das suas comunidades. Neste sentido, optamos por abordar as treze associações de desenvolvimento comunitário da ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, que possuem algum vínculo com o programa de luta contra a pobreza no meio rural (pertencente à comissão regional de parceiros da ilha) e que atuam no sentido de proporcionar o desenvolvimento das suas localidades lutando, principalmente, para a erradicação da pobreza e consequente melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

A nossa problemática relaciona-se com questões de envolvimento e relacionamento entre a população local e a própria associação; o estado de funcionamento das ACD; seus recursos financeiros e humanos; os projetos já realizados objetivando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento integral da sua comunidade; aspetos sociais, económicos, culturais, de entre outros que permitem a constituição e a perpetuação de uma associação de desenvolvimento.

Ao longo do texto tivemos a oportunidade de descrever dois conceitos fundamentais relacionados com o tema do trabalho: o conceito de desenvolvimento e o de associativismo. O primeiro tido, como uma dimensão complexa e multisectorial, foi abordado como sendo um processo de mudança e, logo, a melhoria da situação socioeconómica.

Característico da modernidade, o conceito de desenvolvimento só viu as suas raízes revelarem verdadeiro produto a partir da II Guerra Mundial. De qualquer modo, dado às situações degradáveis e ao estado em que ficaram algumas nações após o 1945, a ideia que estava presente nos discursos era de um maior e rápido crescimento económico para encontrar a estabilidade dos mais prejudicados com a guerra.

Ora, essa visão, que parecia ser simplista – pois possuía uma única via de execução, a do crescimento – não concretizou os seus objetivos: em algumas regiões onde o modelo fora implementado registaram-se várias lacunas pondo a sua praticabilidade e exequibilidade em causa. De tanto questionada acabou, finalmente, por cair em desuso.

É neste sentido que surgiram novas perspetivas de desenvolvimento, desta feita, centradas nas pessoas e nas suas qualidades, assim como nos potenciais locais. De resto, o eixo central dos diversos programas de apoio e parcerias para o desenvolvimento que envolvem as mais variadas instituições nacionais e estrangeiras e organizações internacionais não-governamentais e países amigos.

Enquanto país jovem de apenas trinta e oito anos de independência, Cabo Verde não pode deixar de lado os seus parceiros de ajuda ao desenvolvimento. É certo que perdeu alguns, dado ao seu atual estatuto de país de desenvolvimento médio, mas torna-se urgente a procura de novos parceiros que possam auxiliar o país no processo de desenvolvimento.

Enquanto ser eminentemente social, o homem tem vindo, desde os primórdios da história, a desenvolver e a concretizar atividades conjuntas.

Em Cabo Verde, este modelo de relação social e humana traduz-se na expressão linguística eminentemente crioula ‘*djunta mon*’, que se consubstancia na interajuda em prol de um determinado objetivo.

Este sentido de interajuda decorre da essência do povo ilhéu que, sentindo-se abandonado à sua sorte no meio do atlântico, tem no vizinho o seu principal aconchego, o único com quem possa contar para fazer face a tudo quanto lhe é adverso: seja a seca, seja a chuva, o mar ou um inimigo qualquer.

Mais tarde, com o advento da independência, o *Djunta mon* ganha estatuto de slogan, capaz de mobilizar o povo – na altura imbuído de forte sentido nacionalista – contra os males sociais e ambientais, e as necessidades de sobrevivência e de transformação do país.

Dá-se poder considerar o *Djunta mon* enquanto elemento específico da idiossincrasia do cabo-verdiano, um dos aspetos embrionários do associativismo do país. Na verdade, é notório o clima de solidariedade que se vive no interior das associações comunitárias, e entre associações de diversas comunidades, sobretudo no meio rural.

O movimento associativo, enquanto fator de promoção do desenvolvimento social e do espírito de mudança, tem-se revelado, assim, numa prática em permanente concretização nas ações diárias do homem cabo-verdiano.

Como se poderá constatar, o tema Associativismo e Desenvolvimento Local suscita várias abordagens. Procuramos, no entanto, concentrar a nossa pesquisa à volta do fio condutor previamente definido:

Que contributo efetivo as associações comunitárias dão ao desenvolvimento da ilha de São Nicolau em Cabo Verde? As associações comunitárias constituirão casos exemplares de promoção da participação cívica e, nessa medida, parceiros importantes no desenvolvimento da ilha de São Nicolau?

Para responder à pergunta apresentada, levantamos as duas hipóteses seguintes:

Hipótese 1 – A cooperação e o associativismo são essenciais para o desenvolvimento local. Tendencialmente há uma notável preocupação de criar laços sociais com a própria comunidade, diretamente, através dos projectos de ajuda ao desenvolvimento.

Hipótese 2 – Quando uma comunidade é bem organizada, é mais produtiva, o desenvolvimento local é mais acelerado. Uma vez que são os próprios residentes que se organizam, identificam as suas dificuldades e limitações (partindo de uma perspectiva participativa), os benefícios sociais serão em maior proporção.

Objetivo principal

Pretendemos com esta dissertação saber em que medida o associativismo contribui para o desenvolvimento de uma localidade e, até que ponto possui poderes para ajudar a minimizar as desigualdades sociais existentes.

Objetivos específicos

- Compreender os objetivos traçados pelas diversas associações comunitárias existentes na ilha, obtendo informações sobre a natureza organizativa, a sua relação com a entidade governativa local e demais associações;
- Saber se há ou não envolvimento entre a associação local e a população local;
- Conhecer as principais áreas de intervenção das associações de desenvolvimento local;
- Analisar o contributo das parcerias que as associações desenvolvem para concretizarem seus projetos e suas relações.

Esta análise feita junto das associações de desenvolvimento local na ilha de São Nicolau em Cabo Verde pode ser útil às próprias associações, visto que lhes permite refletir sobre as suas acções de desenvolvimento, sobre a sua organização, etc.

1.1. Procedimentos metodológicos

Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É o caminho para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica (Quivy et al., 2005: 31). Estamos perante uma dissertação direccionada a um estudo de caso e centrada numa abordagem qualitativa.

Para a realização do estudo em causa, cumpriu-se com as metodologias de investigação social, que foi realizada em três fases: a pesquisa bibliográfica como livros, revistas científicas, teses de doutoramento e de mestrado contendo informações sobre o tema, e internet. Essa parte da pesquisa possibilitou-nos obter conhecimentos históricos, assim como teóricos, que, por sua vez, nos permitiram alcançar uma visão mais abrangente sobre o assunto em estudo. De um modo informal, conseguimos obter entrevistas com um dos animadores da comissão regional de parceiros, responsável pela identificação das necessidades comunitárias junto das ACD; tivemos a oportunidade, também, de participar numa Assembleia Geral, organizada pela mesma comissão, no mês de Julho de 2012, na cidade de Ribeira Brava, com o objetivo de dar a conhecer o estado de funcionamento das ACD;

O trabalho de campo, que compreendeu as entrevistas exploratórias e o tratamento das informações obtidas, nomeadamente análise de conteúdo, teve espaço numa fase posterior à pesquisa bibliográfica.

Numa segunda fase, orientada para a recolha de informações, designada de trabalho de terreno, houve contato direto com a realidade em causa, observando grupos alvo. Para o efeito, procedeu-se a uma recolha qualitativa de informações, através de entrevistas exploratórias com os responsáveis/ presidentes das associações de desenvolvimento comunitária.

Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevistas caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele (Quivy et al., 2005: 192).

Utilizou-se um guião de entrevistas, contendo, apenas perguntas abertas. Decidiu-se por esse tipo de perguntas, partindo do princípio que as perguntas abertas, para o caso, segundo Will *et al.* (2005: 94), são de grande utilidade graças às suas vantagens: muitas vezes dão informação mais rica e detalhada, podem dar mais informação e, por vezes, dão informação inesperada.

Para dar suporte e certeza às declarações prestadas pelos representantes das associações no decorrer das entrevistas, foi utilizado um diário de campo e um pequeno aparelho gravador. Esses dois instrumentos de trabalho revelaram-se de grande importância para o trabalho de campo. Com o diário, tivemos a oportunidade de apontar determinados comportamentos dos entrevistados, sobretudo as expressões faciais, que nos deram alguma margem para seguirmos a estrutura do guião ou então alterá-lo.

Por outro lado, o aparelho gravador permitiu-nos ter acesso à entrevista na sua globalidade, e ouvi-la repetidas vezes, sempre que necessário, não correndo o risco de perder informações que poderiam ser importantes.

Após a realização das entrevistas chega o momento de tratamento de informações e, para o efeito, foi utilizado o método de análise de conteúdo.

O lugar oferecido pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar, de forma metódica, a informação e o testemunho que apresente um certo grau de profundidade e de complexidade (Quivy *et al.*, 2005: 227).

No período destinado à recolha de informações deparamos com algumas dificuldades. Por um lado o difícil acesso às comunidades, dispersas umas das outras, agravado pela falta de transporte público. Estivemos condicionadas pelo horário rígido dos transportes coletivos de passageiros das próprias localidades. Por outro, como o trabalho de terreno estava sendo realizado nos meses dedicados à faina agrícola, a probabilidade de não encontrar gente, interlocutores disponíveis era muito elevada.

2. Contextualização do conceito de desenvolvimento

2.1. O conceito de desenvolvimento

Ao iniciar a discussão acerca da problemática do associativismo e desenvolvimento local, julgamos que se torna importante uma pequena resenha sobre o que se tem vindo a entender por desenvolvimento, já que foi a partir desse conceito que surgiu o de desenvolvimento local, a ser abordado posteriormente.

Dado ao carácter multidisciplinar que o contorna, o desenvolvimento possui um enorme campo de teorias, traduzidas nas diversas áreas sociais.

Este carácter complexo, igualmente permeável a realidades dispersas designadamente valores socioculturais e especificidades institucionais, impõe limites à sua própria definição, transformando-a numa tarefa difícil.

Etimologicamente, o conceito de desenvolvimento, como nos mostra Moreno (2002: 23), ao resultar da composição des-envolver, manteve a polissemia de envolver (do latim *involvere*, fazer rolar até baixo, fazer cair a rolar, envolver). O conceito de desenvolvimento pode deixar transparecer a ideia de ‘movimento potencialmente debilitante’, como também permite um levantamento semântico diverso, como seja, o formar novelo/confundir ou tapar/cobrir. Sendo assim, o sentido etimológico de desenvolver (oposto a envolver) poderá ser desenrolar, esclarecer, destapar, descobrir, mas também de alterar um movimento de propensão depressora ou até aniquiladora.

O desenvolvimento é, segundo Murteira (1990), uma ideologia, uma utopia e uma prática social. Enquanto ideologia, o termo é referenciado no sentido da ‘ocidentalização’ implicando a maneira como o ocidente se pensa a si próprio; como uma utopia, serve para uma crítica radical ao *mainstream*, contendo normalmente a proposta (normativa) de um ‘ótimo social’, apresentando como ‘alternativa’. E, como prática social, tem como significado o efetivo processo de mudança social, associado às alterações do sistema económico (Idem: 69-72).

As abordagens referentes a este conceito terão evoluído desde as suas primeiras preocupações, como as desigualdades que marcaram a realidade do dia-a-dia dos países, após a segunda guerra mundial.

Numa primeira tentativa de conceptualização, em termos de condições económicas, Rostow (1964) define o desenvolvimento como dependendo da capacidade de uma economia nacional, cujas condições iniciais se tiverem mantido mais ou menos estáticas durante muito tempo, de gerar e manter um crescimento anual do produto nacional bruto de 5% a 7%.

Durante a década de sessenta e setenta, o desenvolvimento foi considerado um fenómeno económico, onde o crescimento do PIB *per capita* era distribuído equitativamente entre a população, sob forma de empregos ou outras oportunidades económicas, ou então através da criação de condições necessárias para uma distribuição mais equilibrada dos benefícios económicos e sociais.

Nos anos setenta, o conceito de desenvolvimento foi redefinido em termos de redução da pobreza, da desigualdade e de desemprego, dentro de um contexto de crescimento económico.

O conceito de desenvolvimento começa a ser visto para além da dimensão económica na sequência das crises da década de setenta e oitenta do século XX.

Todaro (1985) definiu-o como sendo um processo multidimensional, caracterizado por grandes transformações das estruturas sociais, das gentes e das instituições nacionais, aceleração do crescimento económico, resolução da desigualdade e da erradicação da pobreza absoluta.

Apesar das primeiras tentativas de caracterização, o mérito pela sua definição aceite nas academias é atribuído à Ciência Económica enquanto principal responsável, tendo como teórico fundador reconhecido o economista Adam Smith, desde que em 1776, ele escreveu sobre a riqueza das nações, no seu “Inquérito à Natureza e às Formas de Riqueza das Nações”.

Numa tentativa de melhor compreender a história do conceito de desenvolvimento que a ciência social adotou, seguimos a explicação que é dada por Amaro (2004). Na sua perspetiva, há várias dimensões sociais em que o conceito se revelou, de forma distinta, tratando-se sempre de um processo em que há implicação de um denominador comum. O desenvolvimento, no fundo, resulta de uma relação causa-efeito, de um movimento de transformação.

Segundo Amaro (2004: 11), o conceito de desenvolvimento, durante os primeiros trinta anos, foi dominado pelos seguintes itens:

- **Economicismo** - Considera o crescimento económico a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento e com o qual muitas vezes se confunde.
- **Produtivismo** - Considera a produtividade, o tempo e os critérios produtivos factores decisivos do desenvolvimento, levando à marginalização do que não é produtivo.
- **Consumismo** - Uma vez que é necessário vender o que se produz, desenvolver-se é também consumir cada vez mais.
- **Quantitativismo** - Valoriza a quantidade, muitas vezes em detrimento da qualidade.
- **Industrialismo** - Uma vez que foi através da industrialização que os países desenvolvidos iniciaram e construíram o seu processo de desenvolvimento, o mesmo devia fazer os outros, imitando-os.
- **Tecnologismo** - Acreditando-se no progresso tecnológico como a verdadeira alavanca e o motor potente da produtividade e do crescimento económico e, portanto, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento.
- **Racionalismo** - A base do conhecimento certo (a ciência) e da acção produtiva (a eficiência)
- **Urbanismo** – Traduzindo-se no mito da superioridade do ‘urbano’ sobre o ‘rural’, na conseqüente fuga para as cidades e na adoção dos modos de vida urbanos como símbolos de desenvolvimento.
- **Antropocentrismo** - Colocando o homem acima dos outros seres vivos e no centro do processo de bem-estar, ainda que de forma parcial, valorizando, sobretudo, ora o Indivíduo (no capitalismo), ora o colectivo (no socialismo), mas esquecendo-se do ‘Homem na natureza’.
- **Etnocentrismo** - Que não é propriamente uma característica específica deste contexto cultural e civilizacional (as sociedades industriais), mas que nele assume uma perspectiva eurocêntrica globalizante, ou seja interferindo e violentando todos os outros continentes (incluindo a destruição de civilizações)
- **Uniformismo** - Porque, em nome da eficiência, se definiram ‘one best ways’, ou modelos únicos de boas práticas a imitar, no que se refere aos modelos de produção e de consumo, aos modos de vida, aos modelos culturais, aos sistemas políticos e aos ecossistemas, destruindo a diversidade de que é feita a vida.

Os efeitos da II Guerra Mundial colocaram entraves às condições pouco dignas em que se vivia em alguns países. O problema era o de saber que caminho percorrer para encontrar a estabilidade económica. Assim sendo, o mais visível era imitar os países mais desenvolvidos e, neste sentido, durante este processo, o conceito de desenvolvimento e a sua própria aplicabilidade foram sendo adaptados.

O conceito de desenvolvimento tem sido, essencialmente, visto como um percurso centrífugo, ou seja, de dentro para fora, de centro para as periferias ou ainda de cima para baixo e das elites para as massas, um processo segmentado e parcial (Amaro, 1992: 11).

De qualquer forma, o conceito não ficou restringido aos ‘mitos’ acima indicados, tendo sofrido algumas alterações profundas tornando-se, assim, num conceito aberto à interdisciplinaridade, à análise integrada e sistémica, (e por isso, ao princípio da solidariedade sistémica, mais como um conceito científico, no sentido de interdependência, do que como valor ético) à ideia de diversidade e de mutabilidade (dos processos e dos modelos), à dimensão ambiental, à participação, à valorização do seu sentido humano (Amaro, 1992: 13).

Por exemplo, o processo de desenvolvimento ultrapassou a dimensão território-nacional chegando a níveis mais altos do territorialismos: supranacionais, transnacionais e infranacionais; passou-se a apostar numa perspectiva sistémica e integrada, numa visão mais biológica do que mecânica; impõem-se novas relações entre o ser humano e as tecnologias, novas qualificações, novos modelos organizacionais, novas relações com o tempo (Amaro, 1992: 12).

A ampliação do conceito de desenvolvimento deu lugar a novas discussões à sua volta originando, outras dimensões, a serem abordadas mais para frente.

Segundo Silva (1981), o desenvolvimento deve ser entendido nas seguintes perspetivas:

- Trata-se dum processo de mudança global que atinge, não só a economia, mas também o comportamento das pessoas, as relações sociais, os valores e as instituições;
- É uma mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas e deve concorrer para o aumento do nível de vida e de satisfação das necessidades e aspirações de uma dada população, especialmente dos seus estratos mais pobres, permitindo-lhes viver no espaço em que se encontram;

- Mobiliza os diferentes recursos disponíveis e potenciais recursos humanos, materiais e financeiros, com vista à otimização da sua utilização no contexto das condicionantes criadas pelas relações internacionais;
- Deve ser participado a todos os níveis, o que implica, entre outros requisitos, a repartição equitativa dos seus frutos.

O desenvolvimento, enquanto tarefa política da responsabilidade dos governos e das instituições, para ser levado a bom termo, pressupõe uma vontade, uma determinação colectiva, dado que é uma acção comum, interdependente, contínua e cujos efeitos irá projectar no futuro (Silva, 1981).

São tidas como finalidades consensuais do desenvolvimento: a melhoria das condições de vida das pessoas, o aumento da produção do país, a redução da dependência em relação ao exterior (Silva, 1981).

Os discursos em torno do conceito de desenvolvimento são revestidos de controvérsia. O que é certo é que, em última instância, o desenvolvimento requer um sentido de mudança e vontade de progresso, tanto nos indivíduos como também nas sociedades.

Nas discussões académicas como nos discursos públicos, muito se tem associado o conceito de desenvolvimento ao crescimento económico. A este propósito, Amaro (2004: 13) define o desenvolvimento económico como sendo “um aumento nos níveis de vida das pessoas vulgares” para também defender que “o desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material refletida num fluxo crescente de bens e serviços” ou ainda que “essencialmente o problema do desenvolvimento económico é o aumento do nível de rendimento nacional através de um produto per capita acrescido, de forma que cada indivíduo possa consumir mais”.

Utilizar os conceitos de desenvolvimento e crescimento económico trouxe algumas consequências. Por um lado considera-se o crescimento económico como condição necessária e suficiente do desenvolvimento de que depende o bem-estar da população a todos os níveis; outra consequência é a de tomar sistematicamente os indicadores de crescimento económico, e em particular o nível de rendimento per capita, para classificar os países em termos de desenvolvimento (Amaro, 2004: 14).

2.2. Teorias no contexto de desenvolvimento

2.2.1. Teoria da Modernização

O colégio da teoria de modernização possuía duas vias possíveis para dar seguimento ao desenvolvimento: por um lado a teoria funcionalista e, por outro, a teoria evolucionista.

O evolucionismo, perspectivado por Rostow, defende que o caminho que se deve seguir para se alcançar a modernização prende-se com a evolução da sociedade tradicional para a sociedade moderna

Já a teoria funcionalista defende que pode-se encontrar, nos países do terceiro mundo, uma vertente tradicional e uma vertente moderna, cujo domínio favorece a vertente tradicional já que a vertente moderna exige a introdução de tecnologias de ponta e maior produtividade; por sua vez, a vertente tradicional cinge-se na utilização de instrumentos de pequeno porte.

Nurkse e Lewis, ambos autores dessa linha de pensamento, defendem que o desenvolvimento se verifica pelo contágio exercido pelas estruturas modernas sobre as estruturas tradicionais (Reis, 2000: 23).

Rostow, cuja linha de pensamento equivale à teoria evolucionista, perspectiva o desenvolvimento como sendo um processo que todos os países devem seguir. Com base no seu modelo de crescimento, descobriu que, se o problema que os países do terceiro mundo enfrentam é o seu fraco investimento produtivo, então a solução (deste problema) está ligada à provisão de ajuda a estes países na forma de capital, tecnologia e assistência técnica (So, 1990: 30).

Segundo Rostow o desenvolvimento, enquanto processo, dá-se de forma comum em todos os países. Ambos têm de atravessar um conjunto de etapas, obrigatórias, para alcançarem o desenvolvimento. Os países que não conseguirem ultrapassar essas etapas, é porque encontraram no seu caminho vários obstáculos, sendo a falta de capital um dos obstáculos.

Rostow aponta, em 1960, uma possível resolução que passa pelo investimento de cerca de 10% no rendimento nacional, como possível medida alternativa para atingir o ‘take off’ de cada economia, ou, então, como forma inicial para o crescimento e autossustentação. Nessa fase de ‘take off’, a ajuda externa tende a revelar-se de crucial

importância. Seguindo esta linha de pensamento os países desenvolvidos funcionam como alicerces dos países menos desenvolvidos.

Podemos dizer que se trata de uma transferência de capacidades e/ou meios originários do estrangeiro, com o objectivo de potenciar o crescimento, para além de verificar um desejo de mudança nos costumes do sul, pois certas práticas condicionavam o desenvolvimento. O caminho certo a seguir seria, então, absorver o ritmo habitual primário e aceitá-lo, isto é, assimilar o do norte, este tido como tipo ideal.

2.2.2. Pólos e Centros de Crescimento

Esta linha de pensamento admite que um determinado território possa ser considerado de um sistema aberto e de desenvolvimento - centre-down - baseado na teoria económica neoclássica que sustenta a importância da mudança e da privação como factores de desenvolvimento; a mediação do Estado na economia de mercado; a contabilidade nacional, tidas como meios de controlo económico de um país.

Perroux (1969) advoga que as desigualdades económicas entre territórios podem ser extintas mediante o alargamento do processo de desenvolvimento a domínios até então prejudicados, apostando na criação de um núcleo que possa servir de agente influente num âmbito de maior dimensão. Essa ideia defendida por Perroux, teve grande influência sobre Hirschmann na teorização sobre o crescimento, ao apostar a sua apreciação na ideia de polarização e arrastamento. Parte do princípio de que o desenvolvimento deve originar uma dimensão social possuindo algumas regalias importantes que possa, posteriormente, transferir aos demais.

Ao apostar a sua teoria no conceito de causalidade, Myrdal argumenta que o desenvolvimento está sujeito a enormes marcas de disparidades entre as regiões. A este facto, importa realçar a realidade física e geográfica que caracteriza as ilhas de Cabo Verde, condicionando o seu desenvolvimento integral.

Para Hirschmann, o crescimento ocorre de forma desigual, cabendo aos sectores mais atrasados alcançar os mais adiantados. Ao analisar a dimensão política da desigualdade, chega à conclusão que a intervenção estatal encontrar-se-ia condicionada no que diz respeito aos benefícios que, eventualmente, podiam reabilitar a senda espacial.

O pensamento de Friedmann nos mostra como seria importante - e um dos objectivos a preconizar - a erradicação da periferia optando pela execução de regiões centrais, que possibilitavam alcançar o lucro e um crescimento contínuo. Isso partindo da definição de uma economia espacial integrada.

Segundo Rodwin, as regiões consideradas como sendo atrasadas beneficiariam das infraestruturas dos mais ricos, quando estes passassem a 'emigrar' as mesmas infraestruturas optando por uma descentralização concentrada.

Importa realçar que nos anos 60 os modelos de planificação regional se encontravam ligados aos princípios de centros de crescimento. Daí defenderem comumente que, à semelhança dos países desenvolvidos, para os países em vias de desenvolvimento alcançarem o desenvolvimento esperado, teriam que percorrer os mesmos caminhos que aqueles tiveram percorrido.

2.2.3. Teoria da Dependência

A teoria da dependência surge, afincadamente nos anos setenta e dura até os anos oitenta. Durante esse período propôs uma radicalização de pensamento acerca da problemática de subdesenvolvimento. Esta teoria possui duas vias: a teoria de dependência estruturalista e a teoria da dependência neomarxista.

A teoria da dependência estruturalista defende que grande parte dos problemas do subdesenvolvimento está relacionada com as decisões mal tomadas por parte de organismos internacionais que desconhecem a realidade económica do terceiro mundo. Neste sentido destacam uma possível vinculação entre os processos locais de desenvolvimento e os do desenvolvimento mundial, como forma de favorecer os grupos locais que possuem algum vínculo com as actividades estrangeiras.

De qualquer modo, a partir do ano de 1974, a aplicabilidade do pensamento respeitante aos centros de crescimento começa a ser posto em causa e renunciado por economistas como também por planificadores neomarxistas, tendo como pano de fundo a averiguação das 'regiões atrasadas' caracterizadas tanto pela pobreza como pela desigualdade existente em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos. Este debate é suportado pela premissa de um regionalismo que possa vir a beneficiar e/ou valorizar o que há de mais particular em cada uma das regiões (religião, cultura...)

A teoria da dependência neomarxista sustenta que a causa do subdesenvolvimento está na dependência e, portanto, só é possível o desenvolvimento mediante um acordo profundo, estabelecido nas relações internas, entre os países dependentes e os países centrais. Os neomarxistas caracterizam a dependência como um factor interno que é determinado pelas suas diferentes formas históricas.

2.2.4. Teoria do sistema mundo

A teoria da dependência viu os seus pressupostos a cair em desuso e a darem oportunidade a uma nova perspectiva, baseada no factor de mudança. Aspectos como a lentidão dos países da Ásia a iniciarem o investimento capitalista que possibilitou o surgimento dos novos países industrializados, como também a lacuna verificada em países capitalistas, ditaram a necessidade da mudança de perspectiva. Surgiu então a teoria do sistema mundo.

Na perspectiva de Wallerstein (1979) é importante refletir sobre a bipolarização do sistema mundial de centro e periferia. Chega a denunciá-lo, partindo do princípio de que há regiões que, dado à sua realidade económica, não se inserem na natureza centro nem na de periferia. Este facto o levou a considerar um quadro amplo de evolução histórica de um sistema capitalista, que se articula entre as regiões central, semiperiférica e periférica. A existência de uma natureza semiperiférica, na sua perspectiva, deve-se à possibilidade de movimentação entre as regiões, para que, em caso de colapso, encontrem alternativas.

A teoria do sistema mundo nos encaminha para a ideia de que há uma intervenção das redes de troca tanto na divisão internacional do trabalho como também na repartição dos rendimentos, no poder e na capacidade.

A internacionalização de redes de trocas comerciais torna a situação produtiva de um país dependente do contexto internacional, já que é no quadro deste intercâmbio que se estabelece a natureza da sua actividade, o volume e o ritmo de negócios, os rendimentos e consequentemente o tipo de benefícios para a sua população (Handem, 2004).

Individualmente, as teorias acima descritas não alcançam o desenvolvimento almejado mas, em conjunto, podem até se complementar e servir de apoio uma à outra. De qualquer modo, é imprescindível afirmar que, mesmo que usadas em conjunto, na prática não serviram de apoio suficientemente forte, por exemplo, na resolução dos

males que o continente Africano enfrenta, hoje. Falamos de um continente ainda afetado por uma fortíssima tendência de pobreza, agravada pelos crónicos problemas de saúde, de saneamento ...

Tivemos a oportunidade de optar, criteriosamente, pelas teorias acima, por Cabo Verde ser considerado um país ‘jovem’, devido ao facto de o seu desenvolvimento ser conexo ao clima internacional, um país pobre, de clima seco e com poucos recursos naturais. Outro motivo tem a ver com o facto, de mesmo após a sua independência, em 1975, Cabo Verde ter seguido, ainda que em parte e cada uma na sua época, as pegadas daquelas teorias.

Temas inerentes à problemática do desenvolvimento constituem assuntos com algum grau de complexidade que, por sua vez, podem estar comprometidos com outros sectores que revelam ser de bom ou de mau grado.

A título de exemplo: Um dos aspetos que potenciam o desenvolvimento de Cabo Verde é a sua esfera política, favorecida pela paz interna e por ter optado, estrategicamente, ao longo da sua história, por uma política de não alinhamento, abstendo-se assim de interferir em conflitos. Em contrapartida, a sua condição de país arquipélago e algumas outras condições naturais, incluindo a sua própria situação geográfica, colocam graves e avultados problemas ao seu desenvolvimento, desde logo, se tivermos em consideração, designadamente, os custos do investimento. A economia marítima nunca seria viável em Cabo Verde caso se pensasse - erradamente - em construir um único porto, por exemplo.

2.3. Emergência de novos conceitos de desenvolvimento

Dado à necessidade de descentralizar o economicismo, enraizado ao conceito de desenvolvimento, de adotar estratégias que visassem o apostar no capital humano e na valorização dos próprios recursos, surgiram novas abordagens, perspetivando os fins em detrimento dos meios, para se alcançar o desenvolvimento. As novas abordagens são comumente designadas desenvolvimento participativo, desenvolvimento integrado, desenvolvimento local, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento...

Este novo campo de desenvolvimento, integrado e participativo, direciona as suas políticas de actuação para a esfera local, onde a imagem do Estado-Nação enquanto

progenitor por excelência do desenvolvimento, entra em desuso, dando espaço cada vez maior à acção no território.

Ora, Cabo Verde não pode dar ao luxo de optar por uma ou outra perspectiva, uma vez que dispõe de um campo complexo de características, tanto cultural, como económico e mesmo social. É importante proceder a estudos concentrados nas particularidades de cada ilha, para elevar o grau de desenvolvimento social. A política social de adaptação metodológica já não se compadece com a realidade cabo-verdiana, país rico em diversidade cultural. Já é altura de perseguir as vantagens competitivas locais centradas nos próprios recursos locais.

2.3.1. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

No mês de Setembro de 2000, dirigentes de 189 países/nações, reuniram-se em Nova Iorque, sede das Nações Unidas, com o objectivo de aprovar os objetivos do milénio, comprometendo-se em criar uma nova aliança/parceria mundial tendo em vista a redução do nível de pobreza extrema e estabelecer uma série de metas, conhecidas como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, cujo prazo para a realização e concretização é o ano de 2015. Os 8 objectivos e respectivas metas são:

I. Erradicar a pobreza extrema e a fome

- Reduzir para metade a proporção de pessoas que vivem abaixo no nível da pobreza (1 dólar por dia).
- Reduzir para metade a proporção de população afetada pela fome.

II. Alcançar o ensino primário universal

- Garantir que, até 2005, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.

III. Promover a igualdade de género e a capacidade das mulheres

- Eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

IV. Reduzir a mortalidade infantil

- Reduzir em 2/3 a mortalidade das crianças com menos de 5 anos.

V. Melhorar a saúde materna

- Reduzir a mortalidade materna em $\frac{3}{4}$

VI. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

- Fazer parar e reverter a tendência actual da expansão da epidemia do VIH/SIDA.
- Parar e começar a inverter a tendência actual da incidência da malária e de outras doenças graves.

VII. Garantir a sustentabilidade ambiental

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.
- Reduzir para metade, até 2015, a percentagem de população sem acesso permanente a água potável.
- Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

VIII. Criar uma parceria global para o desenvolvimento

- Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório.
- Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados.
- Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insular em desenvolvimento.
- Tratar de forma integrada o problema de dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, por forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
- Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens trabalho condigno e produtivo.
- Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento.
- Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e comunicação.

2.3.2. Desenvolvimento Humano – IDH

O conceito de desenvolvimento humano centra-se nos fins e não nos meios de desenvolvimento e progresso. O verdadeiro objetivo de desenvolvimento é, neste caso, o de criar um ambiente propício para as pessoas desfrutarem de uma vida longa, saudável e criativa. PNUD.

“As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. Assim começa o relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, colocando as pessoas no centro das atenções para que possam desfrutar de uma vida longa e saudável e que lhe possibilite a criação.

Este conceito, ao colocar a ênfase nas pessoas, nos mostra que o crescimento de um território é possível mas que antes é necessário que se invista nos seus potenciais recursos humanos, que são seus agentes locais. E esse investimento é traduzido numa aposta, cada vez maior, numa educação igualitária, para ambos os sexos, num maior serviço de saúde, etc...Isto é um investimento verdadeiramente compensador no seu capital humano.

Nota-se, hoje, uma verdadeira evolução no que diz respeito ao nível de vida das pessoas se comparado com as condições degradantes em que vivia o homem há alguns anos atrás. Atualmente as pessoas vivem em melhores condições, com mais e melhores hospitais, o que se traduz em melhor saúde, e com mais conhecimentos, reflexo de melhores condições ao nível da educação. Embora possa encontrar situações, também, contraditórias, o é certo é que o nível de vida das pessoas, de um modo geral, tem vindo a aumentar de qualidade.

O desenvolvimento humano, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, trata-se de *“um processo de alargamento das opções das pessoas, realçando a liberdade para ser saudável, receber instrução e disfrutar de um padrão de vida digno”*.

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vida longa, para que sejam saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsionadores de desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupo (RDH, 2010).

Para medir o nível de desenvolvimento humano de um país, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, apontava como indicadores chaves: a longevidade, nível de escolaridade, recursos necessários para uma vida saudável.

Longevidade – é o indicador chave na esperança de vida ao nascer. A importância da esperança de vida está na crença comum de que uma vida prolongada é valiosa em si mesma e ao facto de que vários benefícios indirectos (como uma nutrição adequada e uma boa saúde) estão estritamente relacionados com uma maior esperança de vida.

Nível de escolaridade – as estatísticas de alfabetização são apenas um reflexo bruto de acesso à educação, em especial à educação de boa qualidade, tão necessária para uma vida produtiva na sociedade moderna. Aprender a ler e a escrever é o primeiro passo que a pessoa dá no processo de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos. De forma que as estatísticas sobre a alfabetização são essenciais em qualquer medição de desenvolvimento humano. De uma forma conjunta e variando, os indicadores também devem dar importância aos níveis mais altos de educação.

Os recursos necessários para uma vida saudável nos são dados por uma variável de medida, que comporta uma cobertura dos recursos a nível nacional na sua totalidade, que é o Produto Interno, o PIB per capita, que mede o nível de rendimento dos indivíduos.

Esses indicadores foram os estabelecidos pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do ano de 1990. Contudo o relatório de 2010 estabeleceu novos indicadores para a medição do índice de desenvolvimento humano, a saber:

- Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade – uma medida do nível de desenvolvimento humano das pessoas numa sociedade que leva em conta a desigualdade.
- Índice de Desigualdade de Género – as desvantagens enfrentadas pelas mulheres e jovens do sexo feminino são uma fonte principal de desigualdade. Este varia profundamente entre país, estando os países baixos a liderarem a lista dos países com maior igualdade de género seguidos pela Dinamarca, pela Suécia e pela Suíça.
- Índice de Pobreza Multidimensional – tal como o desenvolvimento a pobreza é multidimensional. Este complementa as medidas baseadas no dinheiro ao tomar em consideração diversas privações e respetivas sobreposições. Identifica

privações e mostra o número de pessoas que são pobres e o número de privações com as quais as famílias pobres normalmente se debatem.

Pode ser decomposto em região, etnia e outros grupos, bem como por dimensão, o que faz dele uma ferramenta válida para os formuladores de políticas.

Segundo este novo relatório, de 2010, estas medidas inovadoras incorporam avanços recentes na teoria e na medição e suportam a nuclearidade da desigualdade e da pobreza no quadro de desenvolvimento.

O desenvolvimento humano denota, por um lado, o processo de alargamento das escolhas das pessoas e, por outro, o melhoramento do seu bem-estar. São tidas como dimensões críticas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente. Nela encontra-se a preocupação no que concerne à formação dos recursos humanos (melhoria da saúde ou conhecimentos) como também o gozo destas capacidades adquiridas, para o trabalho ou para o lazer. PNUD.

2.3.3. Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local é um fenómeno que tem vindo a ser apresentado numa perspectiva ocidentalista cuja data de maior revelo, defendida por diferentes autores, ronda aos anos oitenta e noventa do século XX. Mencionar ao desenvolvimento local, obriga-nos a ter em conta os aspectos originários da terra que o caracteriza, nomeadamente a cultura, os valores, os costumes, as ordens de convivência social, a sua identidade... O local é tido como espaço acolhedor, onde as raízes embrionárias são tidas em conta. Nota-se na partilha, nos benefícios como também na solução comum entre as gentes. Antes de caracterizar o desenvolvimento local, enquanto conceito importante para esta dissertação, pensamos ser importante, ainda que em breve palavras, deixar algumas resenhas sobre o local enquanto espaço físico por excelência de todo e qualquer processo de desenvolvimento, seja de pequena dimensão ou de maior dimensão. Referir ao DL, implica ter em mente o local, a comunidade (constituída pelas pessoas que nele habitam, pelas instituições - de pequena dimensão - que o fazem movimentar) enquanto espaço físico de actuação, de implementação de programas, de projetos de desenvolvimento. O desenvolvimento local potencializa três aspetos que o

caracteriza e que as suas políticas exigem: as pessoas, o território e a relação íntima entre esses dois primeiros aspectos.

Segundo Fragoso (2005: 63), definido pelas pessoas que o habitam, o local significa também um conjunto inter-relacionado de redes sociais e culturais que, a determinados níveis, têm especificidades bem visíveis. O local pode ser apresentado como território comum onde se privilegia as relações de vizinhança, as relações informais, e pode também, ser visto como espaço onde o mercado económico abre perante as relações regionais, nacionais, internacionais...correspondendo assim, as dinâmicas modernas das sociedades.

A ideia defendida por Reis (1992) é que o local apresenta duas perspetivas: por um lado, o locus da vida social, enquanto lugar onde os acontecimentos, fenómenos e práticas sociais adquirem visibilidade e, por outro, não pode escapar às formas de relação que lhes são externas. As estruturas locais organizam, assim, o campo possível de acção.

O local pode ser considerado como factor de ligação intermédia, visto ser a fonte de energia que serve de elo às demais estruturas sociais, funcionando como se de uma ‘escola piloto’ para a implementação de políticas sociais se tratasse. Defende Ruivo (1990) que o local pode constituir-se em exemplo às outras estruturas, considerado que o apresenta dados que, adaptados, são utilizados por agentes locais e, simultaneamente, influências políticas e práticas suscetíveis de reconstruir muitas estruturas sociais. Mas, o local, para além das suas características económicas, é perspectivado, também, como espaço de convivência sociocultural. O local assume-se como importante no processo de desenvolvimento visto que, segundo Melo (1995), é no local que se torna possível a integração de programas sectoriais e a participação dos cidadãos, exercendo-se a acção de associações cívicas.

No entender de Albino e Leão, o local caracteriza-se pela sua identidade socio cultural e pela reconstrução dinâmica dessas identidades. O local representa uma oportunidade excelente para empreender acção significativa de desenvolvimento, sem deixar de ser o lugar onde muitas tendências macro-sociais se concretizam (Fragoso, 2005: 63).

Para levar avante o desenvolvimento local, enquanto processo, é necessário que haja a participação e o engajamento de todos os indivíduos, no sentido de unir esforços para alcançar a satisfação das necessidades e ver seus objectivos concretizados, isso mediante um comportamento novo (apostando na mudança), vindo de suas partes. O

desenvolvimento local se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, de onde esteja ausente a noção de espaço como fronteira, concretizando acções que possam ajudar à (re) construção desse futuro (Fragoso, 2005: 64). O desenvolvimento local trata-se de um processo de territorialização do desenvolvimento, de geometria variável, implicando a participação da sociedade civil organizada e do Estado, na promoção da qualidade e diversidade ambiental, cultural, económica, para a estruturação sustentável de comunidades e territórios (Animar, s/d: 23).

A sociedade é uma soma de indivíduos e de instituições e como tal exige que suas componentes atuem em rede para um maior entendimento dos fenómenos. Entende-se que o DL trata-se de um fenómeno social total, dado às dimensões que implica. E é, nesse sentido que exige que os seus agentes atuem em rede. “Uma rede tem nós. Os nós são a sua força. A sua força nasce do conhecimento mútuo e desenvolve-se com a dinamização das suas relações” (Animar, s/d: 23). O desenvolvimento local será, realmente, produtivo e não discriminatório, se for fruto de concordância. Para esse efeito, terá que ser o resultado do envolvimento de ambas as partes no processo como, também, deve ser o mais detalhado.

O desenvolvimento local necessita de agentes que o tornem possível. São agentes de DL os actores locais, um território fixo destinado à acção local, instituições públicas, privadas. Os actores devem agir localmente possuindo uma postura participativa, tendo como objectivo a apresentação de propostas com vista ao desenvolvimento. Dizia Reis (1996: 35) que “não há desenvolvimento, especialmente desenvolvimento local, sem agentes que o protagonizem nem sem voluntarismo que o encaminhe”.

Ainda segundo Fragoso (2005: 64), os objectivos do DL seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de auto confiança e organização. O DL inclui um conjunto alargado de características: parte dos interesses da população, sustentando a sua participação a todos os níveis; promove o controlo, por parte das pessoas informalmente organizadas e por parte de grupos informais interessados, dos processos, simultaneamente, a nível de decisões, de recursos e das vantagens obtidas; deve ser construído como um processo colectivo e profundamente educativo; a mudança seria uma característica central sem a qual não se poderia dizer que ocorreu desenvolvimento e seria fundamental a articulação com agentes, processos e entidades externas ao local.

Referir ao desenvolvimento local implica ter em mente nove diretrizes: “I - um processo de transformação, mudança que recusa conservação; II - centralização numa comunidade, este é o ponto de partida como referência; III - resultado de uma construção de identidades, o local é o que se constrói com o projecto; IV - parte das necessidades não satisfeitas; V - assume uma lógica integrada, todos os factores se interligam; VI - foco no trabalho em parceria, ou seja, cooperação e acções conjuntas; VII - impacto para toda a comunidade, exemplo para toda a comunidade; VIII - actuação segundo uma diversidade de caminhos, isto é, o desenvolvimento local tem uma série de caminhos, protagonismos e respostas; IX - cruzamento de uma reflexão teórica com testemunhos. Como sendo um processo e não um fim em si mesmo” (Amaro, 1993).

A escolha do desenvolvimento local, enquanto estratégia política de desenvolvimento, em detrimento de outra perspectiva, requer alguns cuidados minuciosos a levar em conta. Isto é, dado às suas características, ao seu objectivo, às suas linhas orientadoras, a sua implementação não advém do além, não cai de paraquedas. O desenvolvimento local possui requisitos, para que seus resultados sejam proveitosos, tanto a nível da comunidade, dos beneficiários, como também dos agentes que o promovam. Na perspectiva de Reis (1996: 43) existem algumas condições pelas quais se deve pautar o desenvolvimento local:

- Existência de limiares de densidade
- A instituição de sistemas de inter-relações locais
- O desenvolvimento de culturas técnicas e institucionais, locais
- Capacidade de negociação colectiva

A modernidade, fortemente marcada pela chamada “era da digitalização”, da tecnologia, tem vindo a deixar as suas marcas no processo de DL. E este tem sido o impulsionador de mudança enquanto factor importante do DL. Actualmente pensar no local, implica, simultaneamente o pensar global; ou então, a nível global e a nível local. O fenómeno da globalização tem influenciado a nossa maneira de estar.

Importa mencionar Giddens (1992), que entende a globalização como “a intensificação das relações sociais à escala mundial, unindo localidades outrora distantes, num processo dialético de consequências algo imprevisíveis. Os acontecimentos locais seriam moldados por outros que ocorrem a grandes distâncias mas, por sua vez, os

mesmos acontecimentos poderiam desenrolar-se numa direção inversa às dessas relações distantes que os moldaram”.

O processo de DL não é um processo linear, unânime, e esse sentido possui algumas limitações que, segundo Fragoso, prendem-se com o facto de o desenvolvimento local não poder resolver o problema do desemprego, embora possa contribuir para a manutenção e criação de alguns empregos; o desenvolvimento local, por si só, não consegue parar com o problema do envelhecimento da população e com a migração dos jovens, consequências de processos sociais muito mais abrangentes (Fragoso, 2005: 81).

No fundo, o desenvolvimento local pressupõe a valorização do que é originário de um território, assente numa perspectiva de preservação. Implica a actuação nas áreas socio culturais locais, partindo da participação da população. Ora, o que se torna imprescindível, também ao processo de desenvolvimento local, é a aposta no seu potencial/capital humano, principalmente no que tangue à formação das suas gentes. Esse “ investimento” será benéfico tanto para a comunidade como também para o próprio indivíduo, revestido de potencialidades e capacidades suficientes para dotar uma mudança de paradigma comportamental que o faça beneficiar dos ganhos decorrentes do seu envolvimento no processo.

Com o desenvolvimento das grandes potências económicas mundiais, o investimento nas cidades urbanas relegou para o segundo plano os meios rurais. Com isso, agravaram-se ainda mais as assimetrias sociais. No meio urbano, aumentaram-se as possibilidades de surgir novos problemas sociais, as crises aumentaram, os problemas ambientais também sofreram o mesmo efeito; no meio rural, houve também problemas, mas o mais candente foi o êxodo rural. Ou seja, se por um lado se nota o crescimento social e, sobretudo, o económico nas grandes urbes, nos meios rurais acontece o contrário. Dai que as políticas de desenvolvimento local devem ser orientadas em benefício do meio rural, onde a participação (uma das suas principais características) será verificada na sua plenitude. Por outro lado, é no meio rural onde é notória a valorização da cultura, fazendo elevar a sua identidade.

2.3.4. Ecodesenvolvimento

Surgiu como forma de complemento às diretrizes do desenvolvimento. Teve como mentor o canadense Maurice Strong (1973). Contudo, as suas primeiras linhas de

pensamento foram lançadas, segundo Bruzeke (1996), em 1974, por Ignacy Sachs. Na perspectiva do mesmo autor, Sachs, teria enumerado alguns aspectos que poderiam levar a alcançar o desenvolvimento: satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral.

Segundo Layrargues, o conceito de ecodesenvolvimento foi criado em 1973 por Maurice Strong, que o definia como sendo um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais havia a possibilidade de tais sociedades não engajarem a ilusão de crescimento mimético (Layrargues, 1997: 3).

Na mesma linha de pensamento o mesmo autor, ao mencionar Sachs, sustenta que o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada eco região, insiste nas soluções específicas dos seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais. Friedman (1979) pressupõe que o ecodesenvolvimento era concedido como uma novidade (...) no qual o interesse despertado pelas transnacionais era de pequena dimensão.

No entender de Sachs (1980: 2) para um determinado país ou região, o ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento endógeno e dependente das suas próprias forças, tendo por objectivo responder à problemática da harmonização dos objectivos sociais e económicos do desenvolvimento, com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (Raynaut et al., 1993: 7).

Percebe-se que na definição encontra-se a preocupação quer com a esfera económica, social como também com a ambiental. Importa salientar a ideia de Sachs (1981: 14 *apud* Montibeller Filho, 1993), defendendo que se trata de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras a possibilidade de desenvolver.

Tendo por base a ideia acima indicada de Sachs, Montibeller Filho (1993) parte do princípio que o ecodesenvolvimento pressupõe uma solidariedade sincrónica com a geração actual, na medida em que desloca a lógica da produção para a optica das necessidades fundamentais da maioria das populações; e uma solidariedade diacrónica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento.

2.3.5. Desenvolvimento sustentável

A ideia do alto consumismo, aliado à ideia de produtividade ilimitada decorrente do processo industrial concedeu, ao homem a possibilidade de se transferir do uso da única energia posta ao seu alcance, a energia humana, para a utilização da energia tecnológica, que se traduziu na moderna sociedade tecnológica.

Dados os avultados custos de consumo, tanto na natureza como também na produtividade económica, é implementada na sociedade moderna uma receita que visa um tipo de controlo socio-ambiental, proporcionando a intenção de resgate e sobrevivência do planeta e da espécie humana – o conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável possui forte influência anglo-saxônica “sustainable development”, foi utilizado inicialmente pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Oficialmente traduzido em francês por “developpement durable”, em português “desenvolvimento durável”, utilizam-se a esse propósito expressões alternativas como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento viável, desenvolvimento sustentado (Raynout et Zanoni, 1993).

Durante a conferência mundial sobre a conservação e desenvolvimento da IUCN (Ottawa, 1986), o conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo foi tido como novo paradigma, assente nos seguintes princípios:

- Integrar a conservação da natureza e o desenvolvimento
- Satisfazer as necessidades humanas fundamentais
- Perseguir a equidade e a justiça social
- Buscar a auto determinação social e a diversidade cultural
- Manter a integridade ecológica

A aplicação e utilização corrente do conceito de desenvolvimento sustentável ocorreu a partir de 1987, aquando da publicação do relatório designado de “Our Common Future”, pela ONU, no caso pela sua World Commission on Environment and Development (WCED), então liderada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland.

O mesmo relatório define o desenvolvimento sustentável como a possibilidade “de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Conceito este que viria a ser, posteriormente, utilizado pelas Nações Unidas e pela Eco 92 na Declaração do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e o Desenvolvimento.

Montibeller Filho (1993), na sua análise acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, estabelece uma repartição entre desenvolvimento e sustentável. Segundo o próprio, é desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo, pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações humanas com o ambiente natural e a necessidade de conciliar a evolução dos valores socioculturais com a rejeição de todo o processo que leva à desculturação; é sustentável, porque deve responder às necessidades da população actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas.

Apesar dos esforços em torno de um ambiente puro e sustentado, o conceito em si é alvo de críticas. Nas palavras de Domingos (1998), por um lado, o próprio Relatório Brundtland é omissivo no seu entendimento sobre aquilo que são as necessidades do presente e de quais poderão vir a ser as necessidades das gerações futuras. O relatório não esclarece se a sustentabilidade se refere à actual estrutura do desenvolvimento mundial, com as suas assimetrias, ou se a uma sustentabilidade planetária tendencialmente igualitária.

Os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável muitas vezes são tidos como sinónimos. Isso deve-se, em parte, a algumas semelhanças que esses dois conceitos acarretam. Layrargues (1997), identifica as semelhanças dos dois conceitos: ambos consideram o direito das gerações futuras como um princípio ético básico; ambos afirmam que a componente ambiental deve entrar concomitantemente como critério económico no processo decisório, com o aval das comunidades envolvidas. Montibeller (1993), identifica a visão holística e a crítica ao reducionismo económico; a visão a longo prazo; a preocupação com o bem-estar social; a solidariedade com as gerações futuras, como sendo aspectos que marcam consenso entre os conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

Como forma de justificar a utilização, distinta, dos conceitos de ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, como também o seu campo de actuação e o surgimento

de um novo paradigma, são estabelecidas as especificidades de cada uma delas. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença limitada na tecnologia moderna e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável, continua a acreditar firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência da tecnologia como critério de ajuda ao terceiro mundo; enquanto o ecodesenvolvimento coloca limitações à livre actuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (Layrargues, 1997). Encontramos as disparidades entre os dois conceitos, acima referidos, também em Montibeller (1993). Segundo este autor, as disparidades entre os dois conceitos situam-se, principalmente, no campo político e no que diz respeito à técnica de produção. No campo político, o posicionamento quanto à qualidade do meio ambiente e às diferenças sociais como elementos fundamentais a serem consideradas; no das técnicas de produção, o progresso técnico e o seu papel em relação à pressão sobre os recursos naturais (Montibeller, 1993).

2.3.6. Desenvolvimento Participativo

Este tipo de desenvolvimento propõe como dimensão essencial para sua concretização a participação dos envolventes e as necessidades primárias, tidas como básicas. O seu núcleo potencial é, precisamente, a participação. Este novo conceito foi utilizado primeiramente por algumas ONG e, posteriormente, o Banco Mundial apoderou-se da sua utilização assim como a própria ONU.

Normalmente o desenvolvimento participativo é tido como causa-efeito entre o desenvolvimento e a participação, visto que, para haver desenvolvimento na sua plenitude há que ter a participação dos entes envolvidos, dos que se beneficiam do processo de desenvolvimento. Mas não basta essa relação. É ainda necessário que os beneficiários do desenvolvimento sintam realmente os ganhos desse processo.

A partir de 1955 é que o envolvimento, ou não, da população começou a ser questionado enquanto factor decisório para o desenvolvimento. A ideia de reutilizar os bens dos menos favorecidos tendo um enfoque local iniciou, praticamente, no século XX, mais precisamente nos anos setenta.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) pressupõe que o desenvolvimento participativo convida os destinatários a terem uma postura proactiva na tomada de decisões importantes que possam vir a ser determinantes no seu dia-a-dia. Indica a importância do desenvolvimento participativo, partindo de dois pressupostos: se por um lado, acresce a sociedade civil assim como a economia, atribuindo-lhes a possibilidade de chegar a um consenso com demais organismos estatais, por outro, possibilita o aumento de acções que visam o desenvolvimento, este com mais e maior abrangência.

O espírito participativo teve seu pano de fundo na teoria democrática ocidental, que parte do princípio de que a todos os cidadãos deve ser reservado o direito de se associarem a qualquer projecto decisivo de desenvolvimento. Interligada com esta ideia encontra-se a teoria democrática liberal (democracia de vizinhança) que defende a implementação de instituições, ainda que de pequena escala, nas vilas e vizinhos urbanos do terceiro mundo (Midgley, 1986).

Ficou-nos na ideia que a participação pública requer que os seus membros envolvidos estejam comprometidos com esse processo, numa lógica de que são eles mesmos a identificarem, exatamente, as suas fragilidades. Seguindo esse raciocínio, é importante relembrar Alex Tocqueville: “sem poder e sem independência, uma cidade pode ter bons indivíduos, mas não terá certamente cidadãos ativos” (Mander et Goldsmith, 1996).

A ideia subjacente ao desenvolvimento participativo é a do uso de recursos dos menos favorecidos (empoderamento) para se obter o progresso desejado. Isso implica que a participação seja tomada como sendo um processo onde as pessoas excluídas procuram ter alguma influência na escolha dos caminhos para o seu desenvolvimento, assim como o acesso aos recursos que as pode ajudar, no sentido de melhorar e sustentar os seus padrões de vida (Milano, 2005: 45; Oakley et al., 1991).

O conceito de desenvolvimento participativo põe o acento tónico na adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão, à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania nos seus direitos e deveres (Amaro, 2004: 27).

O desenvolvimento participativo levado a cabo com uma certa seriedade, obediência, reciprocidade e repartição das responsabilidades, terá seus próprios resultados fruto das necessidades reais locais. No processo de desenvolvimento local, as associações de desenvolvimento local/comunitário postam de uma crucial importância já que possuem, no seu seio, indivíduos que conhecem as potencialidades e fragilidades locais. De igual modo, apercebe-se, também, que o envolvimento da população nem sempre se revela de forma passiva, pois há sempre conflitos e interesses individuais.

2.4. O associativismo

Prática naturalmente atribuída ao ser humano, a vida associativa fez sempre parte do seu quotidiano, desde a evolução da história do homem na terra. Nota-se este espírito nas suas práticas diárias: nos descobrimentos, nas conquistas, pela necessidade de adaptação, pela sobrevivência, pelo estabelecimento de procedimentos ora julgados como importantes.

O incentivo ao movimento associativo surge com a Declaração dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas, a 10 de Dezembro de 1948. A dita declaração proclamava no seu artigo 20º, nº 1 que *“Toda a pessoa tem o direito à liberdade de reunião e de associação pacífica”*. Este facto ficou assim conhecido e aceite por todos: o direito de associação enquanto direito inalienável ao homem.

Na perspectiva de Tocqueville (2001), dadas as condições de vida das sociedades modernas industriais, os indivíduos, absorvidos pela luta diária de subsistência ou de aquisição de bens materiais, tendiam a desengajar-se do interesse coletivo e, portanto, da vida política da comunidade. Este afastamento dos indivíduos da política propiciava os riscos da tirania, na medida em que, sem controlo dos cidadãos, o poder do Estado podia mais facilmente ser conquistado por um déspota ou um pequeno grupo organizado. Para Viegas (2004), a ideia de Tocqueville era de criar condições que favorecessem o envolvimento dos indivíduos nos problemas sociais e políticos da sua comunidade. Então, a solução passava, em parte, por instituições políticas mais abertas à participação dos cidadãos, que seriam as associações. Estas, mais próximas dos cidadãos que quaisquer instituições políticas, desempenhariam o papel mediador entre os cidadãos e os problemas ou interesses da comunidade, visto que o envolvimento dos

cidadãos nas questões colectivas desenvolvia as virtudes cívicas e abria o caminho ao envolvimento político.

O movimento associativo é caracterizado pelo livre acesso por parte dos seus constituintes e, em consequência, assente numa perspectiva cooperativa. Originárias do povo, e para o povo, é nelas que se encontra expressa, nitidamente, o dia-a-dia dos envolvidos, já que é partindo do conjunto do grupo que as suas acções se direccionam. Viegas (2004), considera que são associações todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses. As associações são caracterizadas por uma lógica de cooperação.

Entendemos que a definição dada por Viegas, em parte, mostra alguma ambiguidade, sobretudo no que se refere às regras definidas pelo próprio grupo. Isso porque os indivíduos aceitam ser membros da associação mediante a subscrição dos estatutos, que regem as regras e os princípios da organização. Este formalismo, comum a todas as associações, parte do princípio de que as regras preveem o comportamento dos próprios indivíduos que se caracterizam por uma complexidade de relações.

Uma nova definição de associativismo é-nos dada por Soufen (2008), que o define como a união de pessoas diferentes em busca de um objectivo comum, baseada na cooperação entre os envolvidos, sem esquecer, contudo, que o associativismo se forma por diferentes pessoas dotadas de erros e acertos. Daí que é precisa a mudança da cultura, de valores e a aceitação do processo de mudança. No fundo, é preciso ter perfil adequado para fazer parte de um determinado grupo.

Para além da cooperação, enquanto característica necessária, o associativismo é marcado, também, pelo sentido democrático que o norteia, pelo completo distanciamento em relação a pressões externas, e pelo exercício da cidadania: os seus sócios e membros constituintes são chamados a exercer a sua cidadania através do direito de voto, principalmente, na eleição dos seus representantes na comunidade. O carácter democrático é suportado pelo respeito aos estatutos e pelo princípio da transparência que marca as suas actividades. No fundo, pela oportunidade que é garantida a cada participante de se envolver ativamente na associação.

No que se refere ao princípio democrático das associações, Norbeck (1983: 7) dizia: elas representam, por assim dizer, a expressão de um permanente desejo de mútua ajuda e cooperação. As associações populares constituem uma importante fonte de inspiração e campo fértil para fazer crescer a democracia. Ainda segundo o mesmo autor, as associações são um tesouro de força e de riqueza: de força porque as associações são iniciativas daqueles que as dirigem, são do povo e pelo povo, os principais baluartes de uma democracia genuína e espontânea.

As associações também possuem alguns efeitos democráticos, tanto sobre os indivíduos como também sobre a sociedade civil. E a este respeito Warren (2004) identifica três níveis onde se sentem esses efeitos: a nível individual (aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral); a nível da esfera pública (representação dos interesses de grupos específicos, contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política); a nível institucional (representação de interesses, identidade e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas).

Já Viegas (2004) defende que as associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo; estas também poderão desempenhar funções de coordenação, nomeadamente através de acordos entre si ou com instituições estatais, assim como poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas.

Trata-se, do nosso ponto de vista, de uma definição de carácter geral por incluir as duas características do associativismo: a cooperação e a democracia. Encontramo-la no guia do associativismo, criado em Abril de 2001 pelo Instituto de Desenvolvimento Social de Portugal, conceituando-a da seguinte forma: “O Associativismo é a expressão organizada da sociedade civil, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social, e constitui um importante meio de exercer a cidadania. Trata-se de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns constituindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objetivos de inter-ajuda e cooperação” (Guia do Associativismo, 2001).

É importante perceber que pode, o associativismo, organizar-se em qualquer esfera social: desportiva, política, religiosa, cultural, na saúde, tendo por objectivo ou a promoção do bem-estar social ou a igualdade de género ou, ainda, a requalificação de costumes entre outros. O que se quer demonstrar é a possibilidade real de um leque de associações serem criadas mediante as necessidades encontradas e seus objectivos estabelecidos. Na tentativa de estabelecer uma tipologia de associação, Lima (2004: 76) recorda que “sob a designação genérica de associativismo surgem tipos de associações muito diversas: as associações culturais e recreativas, as associações desportivas, as associações de tipo mutualista, as associações sindicais, as associações de atividades económicas, as associações profissionais, as associações de pais, as associações de estudantes”. Num quadro de pequena dimensão, à priori, mas que pode enquadrar outras tipologias, temos a que foi estabelecida por Wessel (1997), demonstrando os efeitos que as associações podem criar tanto na sociedade como também nos indivíduos. O autor defende que os efeitos das associações dependem da sua tipologia. Distingue três tipos de associações: associações políticas (nelas também se podem encontrar as associações de carácter profissional); associações oriundas dos novos movimentos sociais; e, por último, associações de matriz social.

O dinamismo que se vive a nível mundial tende a redundar no delegar de responsabilidades, sobretudo de âmbito local e cultural, dos governos para associações. Estes comportamentos traduzem-se muitas vezes no surgimento de novas dificuldades sociais, obrigando as associações a reverem seus estatutos, principalmente quando estão em causa problemas de maiores dimensões. Por outro lado, esse mesmo dinamismo obriga a que surjam novos movimentos associativos que se compaginam com os novos desafios da modernidade. Pensa-se em associações ligadas ao ambiente, ao património, ao espectro arquitetónico, etc. Para Van Deth (1997), as associações voluntárias induzem efeitos positivos, quer a nível micro social, quer a nível macro social. A nível micro social, as associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais que, em conjunto, favorecem as condições para que os indivíduos atinjam os seus objectivos; já a nível macro social, dado ao seu papel de intermediação social, propicia a integração sistémica entre o indivíduo e o Estado ou entre os diferentes grupos do todo social.

2.4.1. As associações na atualidade

É notório o aumento das associações nas sociedades modernas. Este aumento justifica-se, por um lado, pelo carácter individual, em substituição das relações de ‘vizinhança’ que marcam o quotidiano do homem do século XXI, e, por outro lado, pela crescente diversidade dos problemas sociais que colocam entrave, aquando da tentativa da sua resolução de modo particular. Lisboa e Bonassi (2003) defendem que o conceito de associativismo está relacionado com os princípios de *cluster*, consórcio e redes de cooperação que surgem como forma de cooperativismo, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados com o seu dia-a-dia.

O tecnicismo, o consumismo, o produtivismo, e economicismo, frutos do processo industrial, e que se constituem em factores a considerar no maior ou no diminuto grau de desenvolvimento, levaram para o segundo grau, ou quiçá, para o terceiro, as relações familiares e/ou humanas. As relações de sociabilidades atuais tendem a aumentar o risco de exclusão social e a marginalização. É neste sentido que a emergência de associações, principalmente as de tipo comunitário, dado ao seu objectivo global, torna-se inevitável e imprescindível. Ora, este tipo de associação tem como principal finalidade a promoção do bem-estar. Logo, está implícita a luta contra a exclusão social, uma vez que as ADC direccionam as suas actividades tendo em conta o interesse das comunidades e mediante seu consentimento, pois, só partindo de uma perspectiva participativa, envolvendo os beneficiários, é que se alcança o desenvolvimento pretendido. Viegas (2004) admite alguns aspectos que possam repercutir na importância conquistada pelas associações: acordo entre estas e o Estado, principalmente no campo de solidariedade social, da saúde e da educação; apoios concedidos, particularmente pelas autarquias, às associações de solidariedade culturais e desportivas; bem como a presença constante, nos *media*, de dirigentes e militantes associativos pronunciando-se sobre os direitos dos trabalhadores, sobre a solidariedade social, a paz e os direitos humanos, o património, o ambiente, a defesa dos grupos minoritários, o racismo, o aborto, etc.

De entre as dimensões pelas quais se pode responsabilizar as associações pelo seu bom desempenho, destacam-se, comumente, a tarefa de proteger e dinamizar as actividades de índole cultural, as de ordem recreativa, desportiva, festas de romaria (principalmente nas pequenas localidades) uma vez que têm a finalidade de assistência social e cultural.

Os membros de uma associação tendem a reunir todos os esforços e pensamento positivo no sentido de concretizar todos os objectivos traçados pela equipa.

O papel das associações não se restringe apenas à possibilidade de uma maior participação dos cidadãos na vida política. Ela também tem implicações no que concerne à sociedade civil. Habermas (1996) argumentava que o núcleo fundamental da sociedade civil está nas associações não estatais e não económicas, tidas como associações voluntárias, que ligam as estruturas comunicacionais do espaço público à componente social do mundo vivido. Para Viegas (2004), as associações, núcleo fundamental da sociedade civil, transpõem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais que serão objeto de discussão pública alargada, em grande parte, através dos meios de comunicação social.

2.4.2. Aspectos que dificultam o associativismo

Segundo Soufen (2008) podem-se identificar 11 (onze) factores que dificultam o associativismo, a saber:

Individualismo: Existência no grupo de indivíduos que trabalham em benefício próprio ou em prol de propósitos contraditórios. São muito comuns numa entidade associativa. À medida que o grupo vai crescendo, aumenta a conscientização, melhora o relacionamento e grau de confiança, reduzindo assim a importância de pessoas individualistas. O individualismo dá lugar à cooperação.

Falta de Metas e Objetivos: Para que um grupo exista, terá que ter, primeiramente, um objetivo definido. Em muitas entidades associativas, o objetivo da equipe não está claramente definido. Grupo sem meta e objetivo perde a motivação. As metas levam ao foco, ao crescimento, melhorando o desempenho e o resultado, gerando assim melhor motivação na equipe.

Falta de Conhecimento das Funções: Muitos conselheiros e associados desconhecem seus direitos, deveres, normas estabelecidas no Estatuto Social e Regimento Interno. É muito comum encontrar integrantes do Conselho Fiscal que não desempenham suas funções. O conhecimento das normas e prática delas reduz conflitos e faz com que o grupo consiga chegar com mais facilidade aos objetivos.

Conflitos: Alguns fatores facilitam a redução do conflito, como: boa comunicação, transparência, quebra de individualismo, sentimento de empatia, diálogo, confiança, normas regimentais estabelecidas e conhecidas, readequando-as, e, sempre que necessária, a visão empreendedora. A superação do conflito gerará crescimento, caso contrário, o fracasso será evidente. O importante é crescer com a situação de conflito e não deixá-lo agudizar, imperar.

Falta de Liderança: A liderança é essencial para que o grupo possa crescer e chegar aos seus objetivos. Todos podem e devem exercer a sua liderança natural. Para que a entidade exista, os cargos devem ser ocupados e as diversas funções assumidas. O desempenho eficaz, e eficiente, de funções pode despertar e revelar lideranças natas que até então se encontravam latentes.

Falta de Vontade de Mudar: O associativismo implica uma mudança constante. É aceitar as diferenças, ouvir, aprender com os outros e com o que a entidade proporciona. Aquele que se coloca como “dono da verdade” dificulta, em muito, o processo associativo. É necessário aceitar a mudança como um processo contínuo.

Participação: Não tem sentido estar inserido num grupo e não participar. Aliás, a legislação considera que todos estão a participar, sabendo o que está a acontecer, conhecendo as normas estabelecidas. Quando se trabalha em grupo a responsabilidade é sempre coletiva. A entidade deverá estimular a participação, podendo até penalizar a falta dela, através de normas regimentais. É importante delegar, criar um ambiente participativo, mesmo quando os sócios não correspondem ao processo. Aumentar a participação é um processo lento de que os líderes não podem desistir.

Competição: Estar inserido num grupo faz com que as pessoas se tornem mais competitivas no mercado, o que não significa competir com os parceiros. Assim, se existir competição entre os integrantes, será muito prejudicial ao desempenho e harmonia do grupo.

Falta de Visão Empresarial e de Foco no Resultado: Quando falta a visão empresarial, o foco deixa de ser o resultado e os problemas existentes passam a predominar. A entidade associativa é uma extensão da empresa e estar nela é importante para o resultado competitivo da empresa. Participar das ações do grupo não deve ser encarado como ato de favor, nem mesmo se deve condicionar a participação à disponibilidade de tempo: só participar se sobrar tempo. A entidade é de extrema

importância para a sobrevivência da empresa, a organização deverá, sempre, focar o resultado, divulgando, rediscutindo, comemorando. O ser humano é motivado pelo resultado. Sem resultado o grupo não tem sentido.

Falta de troca de experiências: A união e troca de experiências são essenciais para o crescimento pessoal e também para o desenvolvimento local. Não é possível mensurá-la, mas é o maior ganho que cada participante irá conquistar. Criar um ambiente de convivência e troca de experiências passa a ser de extrema importância para o desenvolvimento do grupo.

Falta de Ações e Normas Regimentais: Muitas ações são desenvolvidas sem estabelecimento de normas regimentais, aumentando conflitos e comprometendo o ambiente do grupo. Para cada ação deverão ser definidas normas, readequando-as sempre que necessário.

2.4.3. O papel das associações no desenvolvimento local

Se por um lado a globalização, característica da sociedade moderna, abriu fronteiras às nações, aproximou povos ora distantes, com todo seu potencial positivo, por outro, contribuiu, também, pelo enfraquecimento que caiu sob as relações humanas de amizade, de fraternização, e até mesmo familiares. Essas passaram a ser caracterizadas de relações formais, relações de terceiro grau, relações institucionais, levando as pessoas a permanecerem no seu próprio refúgio, no seu ‘mundo’, fechadas entre quatro paredes, à mercê da informática (sobretudo das redes sociais). Em consequência disso, temos um ser humano cujo comportamento é considerado frio, distante, e individualista. É neste sentido que o movimento associativo reveste-se de grande importância para o desenvolvimento, no intuito de, com o seu trabalho, preencher as lacunas deixadas pela modernização, funcionando como se tratasse de sua própria estrutura. Nas palavras de Canterle (2004) é importante que fique claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns dando atendimento às suas necessidades colectivas e individuais.

Enquanto órgão máximo da comunidade, as associações devem, sempre, ter em vista a satisfação dos seus envolvidos, e devem, quando possível, estabelecer uma relação proactiva com estes. O associativismo promove o desenvolvimento local na medida em

que possui um potencial para criar laços sociais e, conseqüentemente, enriquecer a sociedade civil. Uma definição de associação é-nos dada por Mingione (1987 *apud* Vieira, 2001), que o define como sendo um misto de formas de vida do *tipo comunitário* e do *tipo associativo*. Do tipo comunitário, porque a associação poderá construir um contexto de produção de afinidade e de semelhança com carga afectiva e emocional, baseadas em interações densas e na forte identificação com valores comuns que abrangem múltiplos domínios da vida; do tipo associativo, porque existem relações mais formalizadas, na base da definição de órgãos, papéis, competências e de regras de contratos explícitos que tornam possível o controlo e a rotatividade no exercício do poder, pautando as relações interpessoais mais por princípios de funcionalidade do que por uma lógica de afectividade. Deve sempre estar aberto à população local, atento às suas necessidades, por mais insignificante que possa parecer. Deve ser justa e causal, incentivadora, realista das suas potencialidades e dificuldades.

É imprescindível o incentivo ao movimento associativo, dado ao seu contributo para tornar a sociedade mais coesa. Porque tem ajudado a combater a exclusão social e reduzir a pobreza, mas também porque funciona como um elo de ligação às entidades governamentais nacionais ou internacionais. O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipativo e o desenvolvimento de qualquer comunidade, ao articular o pontual com o abrangente (Canterle, 2004: 5). O processo de desenvolvimento local permite levantar a hipótese de ampliação da dimensão humana da economia, pela maior identidade dos seus agentes (Frantz, 2002: 33).

De qualquer modo, para que o movimento associativo possa alcançar seus objectivos, para que possam ajudar verdadeiramente no processo de desenvolvimento local, precisa de mais apoios, precisa de mais e novas parcerias; só terá frutos, ou seja, o associativismo só será benéfico se houver a participação de todos, sem excepção pela cor da pele, ideologia política, crença religiosa ou outro argumento qualquer. Potencialmente, o associativismo, a cooperação, contém o desenvolvimento local. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direcção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (Frantz, 2002).

Independentemente das suas dificuldades, sejam de ordem financeira, material, ou mesmo dos recursos humanos, reúnem sempre as mínimas condições de modo a receberem qualquer desafio.

3. Desenvolvimento em Cabo Verde

3.1. História: caracterização da área de estudo

Situado na Costa Ocidental Africana, no Oceano Atlântico, a 640Km de Dakar, cidade capital do Senegal, Cabo Verde é um país africano constituído por dez ilhas, todas de origem vulcânica. O arquipélago foi descoberto no ano de 1460 por navegadores portugueses, encabeçados por Diogo Gomes e pelo italiano Antonio de Noli, que navegavam ao serviço da coroa portuguesa.

Na altura as ilhas foram encontradas desabitadas. A primeira ilha a ser ocupada foi a ilha de Santiago, onde se deu início ao povoamento do arquipélago, em 1462.

No ano de 1975 Cabo Verde ascendeu à categoria de país independente, pondo fim à condição de colónia Portuguesa que ostentava desde século XV. Cabo Verde tornou-se independente na sequência da Luta armada desencadeada na Guiné-Bissau e liderada por Amílcar Cabral com o propósito de libertar a Guiné e Cabo Verde.

Figura 1 – Cabo Verde



Com uma superfície de 4033km², as ilhas de Cabo Verde são divididas em dois grupos: a norte as Ilhas do Barlavento, situando-se, de Oeste para Leste, as de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (ilha desabitada), São Nicolau, Sal e Boavista, pertencendo ainda a

este grupo os ilhéus Branco e Raso; a sul, as Ilhas do Sotavento, situando-se, de Leste para Oeste, Maio, Santiago Fogo e Brava, e os ilhéus secos – do Rei, Luís Carneiro, de Cima, Grande e Sapado.

As maiores ilhas são a ilha de Santiago, onde fica a capital do país, cidade da Praia, e a ilha de Santo Antão.

Dadas as dificuldades que o país sempre enfrentou (seca, fome) ao longo da sua história, assim como o fenómeno migratório, a sociedade cabo-verdiana viu a sua densidade populacional diminuir durante alguns anos. A década de quarenta foi um período marcante para o povo cabo-verdiano.

Essa época ficou marcada pela crise alimentar de 1947, apelidada de ‘fome de 47’, período no qual a taxa de mortalidade da população de Cabo Verde aumentou, devido à seca que assolou o país. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população cabo-verdiana no início da década de 1940 era de 181 mil habitantes. Verificou-se um decréscimo da população, atingindo em 1950 os 150 mil habitantes. Contudo, a partir daí e até 1960 a população passou a crescer e atingiu um aglomerado populacional de 200 mil habitantes.

Já no decorrer das últimas quatro décadas do século XX a população cabo-verdiana cresce de uma forma regular, atingindo, em 2000, 434 625 habitantes. Há um período inicial de maior crescimento populacional, nomeadamente nas décadas de 60 e 70 (2,9% e 3,1%, respectivamente), a que se segue um novo período de abrandamento no crescimento em torno dos 0,9% por ano. Na década 90 a população cresceu 2,4% devido ao abrandamento da emigração, isso depois de na década anterior ter crescido 1.5%.

Segundo os dados do INE, do recenseamento de 2010 (INE, 2010), a população do país era então de 491 875 habitantes. Entre 2000 e 2020 a população cabo-verdiana crescerá 1,8%, e em 2015 atingirá um total de 578 mil indivíduos. Desse total 281 mil serão do sexo masculino e 297 mil do sexo feminino.

Em termos da repartição da população nos meios urbanos e rurais, é importante referir que esta distribuição não é equitativa. Do total de habitantes em 2010, 62% vivem em meio urbano e 38% vivem em meio rural. A maioria da população de Cabo Verde reside na ilha de Santiago (274 mil habitantes), concentrando-se essencialmente na cidade da Praia, a capital do país, com 132 mil habitantes. Devido aos movimentos migratórios,

nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago o número de residentes tem vindo a aumentar cada vez mais, enquanto que nas restantes ilhas, como São Nicolau e Maio tem-se registado uma diminuição constante da população.

Em termos demográficos, Cabo Verde é caracterizado por ter uma população jovem. Segundo dados apresentados pelo Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar 2007 (QUIBB-CV de 2007), 60% da população tem menos de 25 anos de idade.

A taxa de desemprego, embora permaneça elevada, tem registado diminuição e afeta mais os homens. Segundo dados apresentados no QUIBB-CV 2007, pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Cabo Verde possui 26% de indivíduos do sexo masculino desempregados e 18% de indivíduos do sexo feminino desempregados.

Graças aos progressos verificados a nível nacional, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, inseridos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e demais áreas, Cabo Verde ascendeu do grupo de países menos avançados (PMA) para o grupo de países de desenvolvimento médio (PDM) em 2008.

Aquando da independência nacional, em 1975, Cabo Verde apresentava, uma taxa de analfabetismo de cerca de 70%. Contudo, dados do Ministério da Educação nos apontam, hoje, para uma taxa de alfabetizados no país em torno dos 95%. Cabo Verde tem vindo a conseguir o equilíbrio educativo entre ambos os sexos desde 2007. No mesmo ritmo de crescimento que a educação encontra-se a saúde que, depois da implementação do programa de PMI-PF, no ano de 1997, tem registado progressos notáveis a nível da saúde materna e infantil.

Apesar de todos esses ganhos verificados em Cabo Verde nos últimos anos, ainda há situações onde é urgente uma intervenção, como por exemplo a nível do saneamento e da água. Enquanto país de desenvolvimento médio, Cabo Verde ainda não poderá suportar os solavancos do desenvolvimento sem contar com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e as remessas dos emigrantes, embora essas tenham vindo a diminuir e a condicionar o seu crescimento.

A pobreza em Cabo Verde é por isso ainda expressiva, embora se tenha atenuado com a implementação do programa PLPR, financiado pelo Governo de Cabo Verde e pelo FIDA, Fundo Internacional ao Desenvolvimento Agrícola. Segundo os dados do QUIBB-CV 2007, o país apresenta um índice de incidência da pobreza de 26,6 %.

3.2. Aspectos que Dificultam o Desenvolvimento de Cabo Verde

De entre todos os aspectos que possam vir a impossibilitar (ou pelo menos protelar) um desenvolvimento integrado e contínuo de Cabo Verde, o mais apontado enquanto potencial empecilho ao desenvolvimento do país é a sua condição de país insular. A distância que separa as ilhas umas das outras representa um enorme entrave ao crescimento e ao desenvolvimento do país, na medida em que a criação de infraestruturas básicas envolve avultados riscos, acabando por se concentrar, na sua maioria, nos polos com maior atratividade populacional, nomeadamente Santiago, São Vicente, e, em menor grau, na ilha do Sal.

Para além da insularidade, outro entrave ao desenvolvimento de Cabo Verde é a sua condição climática. As chuvas raras e inconstantes – só chove nos meses de Agosto e Setembro – põem em causa a produção agrícola, que na sua maioria é destinada à subsistência das famílias, continuando, por isso, a ser imprescindível a importação de produtos alimentícios do exterior.

Cabo Verde é um país que importa praticamente tudo quanto consome e a importação de matérias-primas não seria a exceção. Um outro sector com forte dependência do exterior é o da energia.

O isolamento geográfico não contribui para a competitividade de custos. Regista-se no país elevados custos com os transportes, tanto aéreo como marítimo. E isso se deve não apenas à distância em relação aos mercados ou fontes de abastecimento mas, também, porque a quantidade transportada é geralmente pequena e não permite a realização de economias de escala. Os custos ligados ao armazenamento encarecem tanto as exportações como as importações, na medida em que aumentam os encargos com o funcionamento da economia em geral, o que constitui uma desvantagem competitiva. Para além da insularidade do país, a dispersão das ilhas constitui outro enorme constrangimento ao desenvolvimento económico que pode refletir na criação das infraestruturas (serviços de saúde, estradas, portos, aeroportos) (Gonçalves, 2010).

3.3. Cabo Verde na história

Descoberto em 1460 pela coroa Portuguesa, Cabo Verde era um arquipélago relativamente desprovido de recursos e no qual ninguém depositava grandes esperanças. Após um percurso colonial tortuoso que durou até finais do século XX, o arquipélago tornou-se independente a 5 de Julho de 1975. A partir de então as aspirações do povo ao desenvolvimento eram elevadíssimas, ainda que soubesse dos constrangimentos e das dificuldades a que estava sujeito. Apesar de ter passado por um período de grande dificuldade, nomeadamente nos anos 40, devido à fome que assolou o arquipélago, Cabo Verde não deixou de acreditar e, gradualmente, foi conseguindo avanços tanto a nível económico, social, ambiental, como a nível político.

Em 1991 realizaram-se as primeiras eleições livres e pluripartidárias, assentes numa democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Elogiado pela sua boa governação, estabilidade e paz, o país goza de um elevado prestígio que lhe tem valido reconhecimento junto de governos, empresas e instituições internacionais. Comprovam isso a chegada à III fase do programa de luta contra a pobreza no meio rural (PLPR) cofinanciado pelo FIDA, e a atribuição da segunda tranche do ‘Millennium Challenge Account’ (MCA) atribuído a Cabo Verde pelo governo dos Estados Unidos América.

3.3.1. Cabo Verde no período entre 1975 a 1990

Aquando da independência, Cabo Verde segue os passos defendidos pelos princípios do socialismo. Assim sendo, áreas de intervenção como a educação, saúde, ambiente, etc., ficaram a cargo do governo, cujo financiamento dependia essencialmente da ajuda externa. No fundo, era preocupação absoluta a satisfação das necessidades primárias.

Conjugado com os princípios socialistas havia em Cabo Verde um regime assente no partido único. Quinze anos após a independência, o desenvolvimento de Cabo Verde parecia bastante comprometido. O país ainda era muito jovem e as marcas da colonização ainda pairavam e o assolavam: falta de emprego, fome, alta taxa de analfabetismo, condições desumanas de sobrevivência, dependência do exterior.

Em consequência, a emigração continuava a ser o único caminho para a melhoria das condições de vida das pessoas: as populações locais iam diminuindo e as disparidades entre o urbano e o rural agudizavam-se.

Até à abertura política e económica, era o Estado o provedor económico, por excelência, nas ilhas, não deixando espaço para o setor privado. Convém todavia salientar que no contexto internacional Cabo Verde optou por permanecer isolado dos conflitos, facto que lhe atribui crédito junto das instituições internacionais.

3.4. Parceiros internacionais de ajuda ao desenvolvimento de Cabo Verde

Cabo Verde é um país que tem vindo a obter ganhos significativos em diversas áreas. Tendo em vista o desenvolvimento integral do país, o Governo tem apostado no estabelecimento de parcerias com organismos internacionais incluindo ONG e até mesmo empresas multinacionais. Destacamos a seguir algumas das organizações internacionais que têm assumido protagonismo bastante no processo de desenvolvimento de Cabo Verde, apoiando, técnica e financeiramente, o governo nos diversos programas de transformação económica e social do país.

3.4.1. Millennium Challenge Corporation (MCC)

A Millennium Challenge Corporation é uma agência criada nos EUA cujo objetivo geral é combater a pobreza. A MCC seleciona e dirige as parcerias aos mais pobres países do mundo, mas somente àqueles que se encontram comprometidos com:

- A boa governação
- A liberdade económica
- O investimento nas pessoas.

Aos países apoiados pela MCC, são financiados pacotes ou programas destinados à redução de pobreza através de um desenvolvimento sustentável. Os pacotes são fundos de cinco subvenções direcionados aos países que obedeçam ao critério da elegibilidade proposto pelo MCC. Os programas são subsídios concedidos aos países empenhados a melhorar o seu desempenho político.

A MCC já aprovou 8,4 milhões de dólares em programas e pacotes de ajuda ao desenvolvimento em áreas como:

- Agricultura e irrigação
- Transportes (estradas, pontes e portos)
- Abastecimento de água e saneamento

- Acesso à saúde
- Finanças e desenvolvimento empresarial
- Iniciativa de combate à corrupção
- Acesso à educação

Alguns países que se enquadraram nos programas e pacotes da MCC: Armênia, El Salvador, Gana, Indonésia, Honduras, Zâmbia, Marrocos, Filipinas, Mali, Cabo Verde, Madagáscar, Senegal, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Namíbia.

O objectivo geral da MCC em Cabo Verde é a redução da pobreza e o aumento do crescimento económico. Em Cabo Verde o programa é estruturado por três eixos fundamentais:

- Gestão de bacias hidrográficas e projecto de apoio à agricultura - que visa o aumento da produtividade agrícola em três áreas específicas, nas bacias hidrográficas das ilhas de Santo Antão, Fogo e São Nicolau, implementando atividades como:
 - i) Gestão de bacia hidrográfica - desenvolvimento de planos comunitários de gestão de água, construção de diques, reservatórios e sistemas de distribuição de água.
 - ii) Desenvolvimento de agricultura - formação, parcelas demonstrativas, centro de inspeção, embalagem, armazéns, pesquisa agrícola.
 - iii) Crédito - crédito para irrigação gota-a-gota e outras actividades agrícolas.
- Projecto de infraestruturação - aumentar a integração de mercados internos e reduzir os custos de transporte a médio e longo prazo, através da criação de estradas e pontes, melhorar a capacidade dos portos e aeroportos.
- Projeto de desenvolvimento do sector privado - o objectivo é desenvolver o sector privado a longo prazo apostando na reforma do sector financeiro.

3.4.2. A União Europeia

Trata-se de uma parceria económica e política constituída por 28 países europeus. Criada ainda quando se faziam sentir os efeitos da II Guerra Mundial, tem como objectivo incentivar a cooperação económica na Europa. Considerado como factor de

paz, de estabilidade e de prosperidade, contribui para melhorar a qualidade de vida dos europeus, e deu origem a uma moeda única - o euro. Fundado nos eixos que assenta o estado de direito democrático, tem como um dos princípios base a promoção dos direitos humanos.

Parceria Especial União Europeia/ Cabo Verde

Segundo o documento do governo de Cabo Verde, Parceria Especial CV-EU de 2008, a parceria pretende ultrapassar a mera relação de dador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior, que possibilite a Cabo Verde participar progressivamente nalgumas políticas e programas da EU.

São objectivos da parceria: transformar CV dotando-o de normas mais modernas, sofisticadas de convivência colectiva, de governação e de gestão; melhorar o bem-estar dos cidadãos absorvendo valores universais; a parceria torna-se um instrumento de apoio ao processo de *upgrade* de Cabo Verde, visando uma economia aberta e estável com uma alta qualidade de gestão baseada em normas, mecanismos e instrumentos que melhorem a credibilidade interna e externa do país; oferece a Cabo Verde uma oportunidade ímpar de alcançar um patamar mais elevado nos domínios da governação, da segurança, estabilidade, da transformação e modernização e melhorar as condições de acesso ao conhecimento e informação.

O documento, acima citado, apresenta como principais eixos da parceria os seguintes:

- Boa governação - perante este eixo a preocupação está direccionada à consolidação e aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país. De igual modo, são abrangidos os direitos das crianças e das mulheres, a integração dos imigrantes em situação regular e a luta contra a violência doméstica. Serão dadas continuidades à reforma da justiça, sendo uma das prioridades o reforço das capacidades da administração pública, principalmente no domínio estatístico. Também serão avançadas iniciativas destinadas a melhorar o quadro empresarial, a governação no domínio social e a boa gestão dos recursos naturais.

Estão integrados neste eixo, alguns sub-eixos: democracia, estado de direito e participação dos cidadãos; direitos humanos, direitos das crianças, direitos das

mulheres e violência doméstica; reforma da justiça, luta contra a corrupção; integração dos imigrantes em situação irregular; reforma das finanças públicas e reforço das capacidades na administração pública, gestão de recursos naturais.

- Segurança e estabilidade – prendem-se com a segurança e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de drogas e de armas e o branqueamento de capitais), promovendo o respeito pelos direitos humanos; a gestão eficaz de fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas de emigrantes) e a luta contra os fluxos ilegais, a segurança marítima.

Aspectos fortes: garantir a estabilidade para o desenvolvimento do país e consolidação da democracia, e assumir uma abordagem de segurança que tenha sempre em conta os direitos fundamentais das pessoas; aperfeiçoamento e consolidação das políticas e reformas em matéria de segurança e alargamento da segurança; desenvolvimento de uma capacidade nacional de monitorização de embarcações e realização de exercícios conjuntos de fiscalização do território marítimo; reestruturação da polícia nacional, dos serviços de fronteiras e o reforço da segurança da documentação nacional; luta contra droga e os crimes conexos; parceria para a mobilidade.

- Integração regional - pretende valorizar e aproximar Cabo Verde às regiões ultraperiféricas (RUP) da Macaronésia em todos os domínios abrangidos pelo plano de acção com objectivo de melhorar a sua estrutura e aumentar o seu dinamismo e competitividade, em consonância com a política da ‘vizinhança alargada’.
- Convergência técnica e normativa - o objetivo é o de estabelecer uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa nos sectores abrangidos pelo plano de acção, visando a implementação da estratégia nacional de transformação, tirando partido das vantagens competitivas de Cabo Verde, e a facilitação da aproximação às normas da EU.

Linhas orientadoras: promoção de parcerias estratégicas; modernização de infraestrutura e valorização de recursos energéticos; melhoria do funcionamento da

economia do mercado, do sistema financeiro e do clima de investigação e de negócios; Standards de regulação técnica; questões sanitárias e fitossanitárias; modernização e melhoria da segurança alimentar dos consumidores; direito de propriedade intelectual e industrial; melhoria no sistema estatístico.

- Sociedade de conhecimento - a promoção da sociedade de conhecimento particularmente através da educação, investigação, e o desenvolvimento das tecnologias de informação são em si um modelo de intervenção que se revela de grande importância para o desenvolvimento de Cabo Verde

Até alcançar esta sociedade de conhecimento, haverá um enorme caminho a percorrer. Para isso, os países prendem-se com: a melhoria de qualidade e da cobertura da educação e formação profissional; a promoção da pesquisa, desenvolvimento e intercâmbio científico e tecnológico; a promoção das tecnologias de informação e comunicação.

- Luta contra a pobreza - a redução da pobreza requer a protecção do ambiente, incluindo a preservação dos recursos naturais, a preservação do meio marinho e a luta contra a poluição dos oceanos. O principal pressuposto de combate à pobreza passa pelo crescimento económico tendo como base uma estratégia nacional de transformação.

A luta contra a pobreza será levada a cabo apostando em mecanismos, como: o desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza; a redução das disparidades económicas e sociais; a habitação social e o ordenamento do território; o emprego, as condições de trabalho e a protecção social

3.4.3. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental- CEDEAO

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi fundada em 1975, constituída por quinze países. Tem como objectivo a promoção e integração económica em todos os domínios da actividade económica dos Estados membros: comércio, questões monetárias e financeiras, assuntos sociais e culturais, indústria, transportes, telecomunicações, energia, agricultura, recursos marinhos.

Fazem parte da CEDEAO países da África Ocidental como: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Dado à necessidade de uma aceleração e integração económica, por um lado, e de aumentar a cooperação política por outro, o tratado da CEDEAO foi revisto em Julho de 1993, com uma estrutura nova, que inclui um parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um tribunal. Com esta nova estrutura é atribuída à comunidade a responsabilidade de evitar e resolver possíveis conflitos na região.

Cabo Verde aderiu à CEDEAO no ano de 1976.

São instituições da CEDEAO:

- A Comissão
- O Parlamento da comunidade
- O Tribunal de Justiça da Comunidade
- Banco de Investimento da CEDEAO

3.4.4. Instituto da África Ocidental (IAO)

Passados mais de 35 anos da criação da CEDEAO, constrangimentos relacionados com a história dos países membros continuam ainda a dificultar a Comunidade na implementação e no cumprimento de algumas das suas políticas e/ou objectivos, nomeadamente o da integração regional e económica, tido como condição sine qua non para o desenvolvimento da região.

Por um lado, são países que possuem uma enorme diversidade cultural, assente numa multiplicidade de idiomas (crioulos), embora em alguns casos permaneça o Português, noutros, o Francês ou o Inglês enquanto língua oficial...

Esses condicionalismos levaram ao fracasso de tais políticas de desenvolvimento. Daí a necessidade da criação de um núcleo que auxiliasse a comunidade na adoção de medidas concretas baseadas em estudos científicos e de qualidade. Surgiu, então, o Instituto da África Ocidental.

O Instituto da África Ocidental terá como função a realização de trabalhos de investigação, a nível internacional, sobre a integração regional na África Ocidental e assumirá, também, o papel de observatório na aplicação das políticas nos diferentes

Estados e na CEDEAO. Com a sua criação, será possível reunir diversos trabalhos de investigação e redes multidisciplinares sobre a integração regional da África Ocidental e o reforçar o diálogo entre os investigadores e decisores políticos e económicos.

Objectivos gerais do IAO

- Fazer progredir o conhecimento sobre os cenários e as opções políticas para a integração regional na África Ocidental.
- Apoiar a comissão da CEDEAO em matéria de investigação e das recomendações estratégicas sobre a integração regional na África Ocidental.
- Atuar na qualidade de observatório da aplicação das políticas a nível nacional e regional.
- Reforçar as capacidades das decisões políticas e dos actores da sociedade civil no que diz respeito às várias dimensões da integração regional através da informação e da formação.
- Contribuir para a reflexão e análise política dos esforços em matéria de integração regional à escala continental.

3.4.5. Organização Mundial do comércio- OMC

A Organização Mundial do Comércio, OMC, é uma organização internacional que tem como objectivo principal a abertura do comércio em benefício de todos. Preocupa-se com a forma como se processam as trocas comerciais entre os países, estabelecendo que as mesmas aconteçam num clima de facilidade, previsibilidade e liberdade.

Criada a 1 de Janeiro de 1995, actualmente conta com 153 Estados membros, sendo que até Agosto de 2012 possuía cerca de 175 membros. Sediada em Genebra, Suíça, a OMC tem a seguinte estrutura:

- Uma conferência ministerial que se reúne de dois a dois anos, seguida de
- Um conselho geral constituído por embaixadores e chefes de delegações ou enviados especiais de cada capital, que se reúne varias vezes ao ano;
- Um conselho do comércio de bens,
- O conselho para o comércio e serviços,
- O conselho para questões de direito de propriedade intelectual relacionadas com o comércio
- Um grupo de comités e grupos de trabalho especializados como: ambiente, desenvolvimento, candidaturas para a organização e acordos comerciais regionais.

Enquanto organização, a OMC funciona como um elo de ligação na administração de acordos comerciais (fórum para as negociações comerciais) procura resolver disputas comerciais, monitoramento de políticas comerciais nacionais, dá assistência técnica e treinamento aos países em desenvolvimento e promove a cooperação com outras organizações internacionais

A Organização Mundial do Comércio rege-se pelos seguintes princípios:

- Não discriminação
- Abertura comercial
- Previsibilidade e transparência
- Competitividade
- Protecção do meio ambiente
- Tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento

Adesão de Cabo Verde à OMC

O pedido de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio foi feito pelo Governo da República de Cabo Verde em Novembro de 1999. Feito o pedido, criou-se, a 17 de Julho de 2000, um grupo de trabalho encarregue de acompanhar todo o processo de adesão. A 23 de Julho de 2008, Cabo Verde passou a ser membro de pleno direito da OMC.

A adesão à OMC é fruto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no país. Traduz o reconhecimento internacional e encerra - ainda que de forma implícita - um gesto de felicitação aos ganhos obtidos pelo país, designadamente ao nível da (boa) governação mas, sobretudo, pelo facto de Cabo Verde ser, na altura, o primeiro país africano prestes a cumprir os objectivos de desenvolvimento do milénio no tocante à educação.

Por outro lado, a adesão de CV à OMC torna-se num incentivo ao investimento externo de qualidade no arquipélago. No fundo, uma porta que se abre a Cabo Verde para o resto do mundo, nesse processo de globalização.

São 10 os benefícios da adesão e da liberalização económica, propostos pela OMC:

- Diminuir os custos e elevar os padrões de vida
- Resolver as diferenças e reduzir as tensões comerciais
- Estimular o crescimento económico e o emprego

- Reduzir o custo do negócio internacional
- Promover a boa governação
- Contribuir para o desenvolvimento do país
- Dar voz e vez aos mais fracos
- Contribuir para o ambiente e a saúde
- Contribuir para a paz e estabilidade

O facto de Cabo Verde pertencer à OMC, irá trazer ao país mais e maior dinamismo. Intensificar-se-ão as trocas comerciais e o intercâmbio do capital humano; a mobilidade tornar-se-á mais fácil; o contacto com o mundo será bem maior e as influências culturais mais intensas. Com a adesão à OMC, Cabo Verde será muito mais reconhecido. É Cabo Verde a globalizar-se...

Ao terminar o capítulo dos parceiros internacionais de ajuda a Cabo Verde no processo de desenvolvimento, achamos de justiça deixar claro que essas parcerias são importantes para o desenvolvimento do país, dado ao carácter multisectorial das suas ações destinadas às esferas consideradas chave do desenvolvimento do arquipélago. De qualquer modo, para além das parcerias internacionais aqui mencionadas, haverá outras a considerar, como também existem as relações de cooperação entre Cabo Verde e alguns países europeus (Espanha, Luxemburgo, Portugal...), e o Brasil.

Com a apresentação dos parceiros internacionais queremos demonstrar o dinamismo no qual Cabo Verde apostou, para que pudesse enfrentar os novos desafios da modernidade, querendo pertencer cada vez mais à aldeia global, ser um país informatizado e informado... política e economicamente viável.

3.5. Os objectivos de desenvolvimento do milénio em Cabo Verde

Se a tendência dos dados referentes à realização dos ODM no país persistir, Cabo Verde tem fortes probabilidades de realizar grande parte das metas e dos objectivos do milénio no horizonte preestabelecido – 2015. Verifica-se uma determinação em travar as disparidades entre os grupos sociais e zonas geográficas - entre homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, e entre o interior e o litoral das ilhas.

Várias acções e investimentos de relevo foram executados, por exemplo, nas infraestruturas e transportes, economia, agricultura e ambiente, educação, juventude e na área da segurança saúde e protecção social.

Assim, para permitir às populações o acesso duradouro a um sistema de abastecimento de água potável e melhorar, significativamente, as condições de vida dos mais desfavorecidos, realizaram-se ligações domiciliárias de água em todos os concelhos do país com o financiamento público e privado; foi retomado o projecto de abastecimento de água ao interior de Santiago, onde o indicador de origem de água através da rede pública é o mais baixo do país - 35,2% (a média nacional em 2008 ronda os 42,9%); e foram adquiridas duas novas unidades dessalinizadoras, sendo uma (com capacidade para 2.400 m3) destinada a reforçar o abastecimento e melhorar o indicador de acesso à rede pública na cidade da Praia que foi de 56% em 2009.

No sector da saúde, registou-se a entrada em funcionamento de vários centros de saúde nos diferentes concelhos e ilhas (5 na Praia, 1 na Boavista, 1 no Maio, 1 nos Mosteiros, 1 na localidade de Madeiralzinho em São Vicente e 1 no Tarrafal de Santiago); desencadeou-se um programa de reabilitação de equipamentos hospitalares; e a equipa médica nacional passou a contar com mais 16 médicos especialistas em diferentes áreas, que regressaram ao país depois de terem concluído a formação no exterior.

A pensão social mínima beneficia cerca de 29.950 indivíduos com 41 euros (4.500 escudos cabo-verdianos) mensais e está em curso o debate sobre o salário mínimo nacional (tendências apontam que seja de 150 euros, equivalente a 15000\$00 escudos cabo-verdianos). Em matéria de habitação condigna foi iniciada a execução do programa “casa para todos” que consiste num esforço do Governo em reduzir o défice habitacional no país até 2015. Este é um programa destinado às famílias de baixo rendimento e a quadros jovens pertencentes ao quadro da Administração Pública de Cabo Verde. O programa “casa para todos” ambiciona a execução de vários projetos, nomeadamente: o acesso ao solo urbanizado destinado à autoconstrução, iniciativas de cooperação, realização de planos diretores municipais nas autarquias, como também à parte da habitação. E em matéria de protecção contra desastres naturais foi iniciada a execução do projecto Mitigação de Riscos Vulcânicos.

O programa de combate ao VIH/SIDA, uma referência na região, vai ser reforçado após Cabo Verde ter sido seleccionado para beneficiar dos recursos do fundo global no valor de 12 milhões de dólares a serem aplicados num período de cinco anos.

Em matéria de parceria para o desenvolvimento destaca-se a parceria especial com a União Europeia com adoção do quadro orientador desta parceria e a apresentação do

Plano de Convergência Normativa; a selecção de Cabo Verde para o II Compacto do “Millennium Challenge Account” (MCA) dos Estados Unidos da América e o desenvolvimento e alargamento de relações com outros países como por exemplo, da Europa oriental.

Quanto à massificação do uso das novas tecnologias de informação e comunicação realce-se a criação e início de execução do projecto “Mundu Novu” que consiste em informatizar e ligar à internet todas as escolas primárias e secundárias do país e fazer com que, até 2015, cada aluno tenha acesso a um computador portátil; e a instalação de Praças Digitais (Conekta) nos vários municípios do país.

A introdução de sistemas de governação eletrónica tem permitido maior aproximação da governação aos cidadãos e a maior eficácia e celeridade na prestação de serviços.

3.6. Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde

O programa de desenvolvimento de Cabo Verde defendido pelo governo põe a tónica na melhoria das condições de vida dos seus cidadãos, na elevação dos índices de desenvolvimento humano do país.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2013, “A ascensão do Sul”, o IDH de Cabo Verde no ano de 2012 foi de 0.586, estando já na categoria de país de desenvolvimento médio. No ranking da tabela do IDH estão associados cerca de 187 países e Cabo Verde ocupa a posição 132°. De 2000 a 2012 o IDH de Cabo Verde aumentou de 0.532 para 0.586 (valor actual), correspondendo a um crescimento médio anual de cerca de 0.8 %.

Tabela 1 - Evolução do IDH de Cabo Verde desde 2000

Ano	IDH-CV	IDH-PDM
2000	0.532	0.549
2010	0.581	0.631
2011	0.584	0.636
2012	0.586	0.640

Fonte: PNUD, acedido 25-03-2013

Entre 2000 a 2011 o IDH de Cabo Verde aumentou de 0,523 para 0,568, equivalendo a um aumento de 9,0 %, ou então um aumento médio anual de 0,8 por cento. A tabela nº 2 apresenta a evolução do IDH em cada um dos indicadores, desde 1980 até 2011.

Tabela 2 – Evolução dos indicadores do IDH de Cabo Verde entre 1980 e 2012

Ano	Esperança de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	Rendimento Nacional Bruto per capita (USD)	Valor IDH
1980	59,9	963	...
1985	62,8	1218	...
1990	65,3	11,6	...	1440	...
1995	67,4	11,6	...	1610	...
2000	69,7	11,6	3,5	2130	0,532
2005	72,4	11,7	...	2540	...
2010	74	12,7	3,5	3325	0,581
2011	74,2	12,7	3,5	3508	0,584
2012	74,3	12,7	3,5	3609	0,586

Fonte: PNUD, acedido 25-03-2013

Em 2012, o índice de desenvolvimento humano de Cabo Verde (0,586) esteve abaixo da média dos países pertencentes à categoria dos países de desenvolvimento médio (0,640), porém, acima da média da África Subsariana (0,475); próximos a Cabo Verde, encontram-se São Tomé e Príncipe (0,525) e Guiné Equatorial (0,554). Esses dois países ocupam no ranking os lugares 144º e 136º respectivamente.

Tabela 3 – Comparação dos indicadores do IDH de Cabo Verde com outros países

Países	IDH	Posição	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento nacional bruto
Cabo Verde	0,586	132º	74,3	3,5	12,7	3,609
São Tomé e Príncipe	0,525	144º	64,9	4,7	10,8	1,864
Guiné Equatorial	0,554	136	51,4	5,4	7,9	21,715
África Subsariana	0,475	...	54,9	4,7	9,3	2,010
PDM	0,640	...	69,9	6,3	11,4	5,428

Fonte: PNUD, acedido: 25-03-2013

De uma forma geral, pode-se considerar que os números atingidos por Cabo Verde em matéria de desenvolvimento humano são encorajadores. Contudo, é necessário que os ganhos não fiquem estagnados. Urge a continuação e/ou melhoramento das políticas estratégicas até então adotadas pelo governo e pela sociedade civil, no que diz respeito à melhoria das condições de vida da população cabo-verdiana, estimular o crescimento económico e apostar numa segurança social mais justa.

A posição atual conquistada por Cabo Verde no ranking do IDH, fica a dever-se, sobretudo, às possibilidades de investimento em áreas chave para o desenvolvimento, designadamente: na saúde, na educação, em matéria de igualdade de género, nas infraestruturas.

Os números não nos enganam e percebe-se (partindo do quadro da evolução do IDH) que Cabo Verde evoluiu em todos os indicadores do IDH. Dado que se trata de um país onde predominam dificuldades em termos de recursos que o poderiam auxiliar no seu auto-desenvolvimento (escassez de chuva, clima seco, insularidade), é gratificante ver o reconhecimento dos esforços dos cabo-verdianos no processo de desenvolvimento do seu país.

Um IDH desejável é alcançado mediante a combinação de factores sociais com os factores económicos. Embora seja a condição necessária a existência de um Governo/Estado coeso, líder, poderoso, que perspectiva um futuro não muito longínquo, mas promissor.

Esta é a recomendação do relatório de desenvolvimento humano de 2013 e é ambição do Governo de Cabo Verde apostar “fortemente” no empreendedorismo, na inserção da economia local, num mercado global, na luta contra a pobreza, como “caminhos possíveis para seguir avante” rumo à concretização dos objectivos de desenvolvimento do milénio, até 2015.

3.7. Caracterização da ilha de São Nicolau

3.7.1. Caracterização física

Situada a Norte do arquipélago de Cabo Verde, a ilha de São Nicolau integra o grupo das ilhas de Barlavento conjuntamente com Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Sal e Boavista. Localiza-se entre os paralelos 16°40', 16°29' N e os meridianos 24°00' e 24°30'W.

A ilha de São Nicolau ocupa uma superfície total de 343km², e o seu ponto mais alto é o Monte Gordo com uma altitude de 1304m. Representa, em termos de superfície, a quinta ilha do arquipélago.

O povoamento da ilha inicia numa pacata zona, Porto da Lapa, que foi a primeira vila da Ilha, em 1540, com povoadores oriundos da Madeira acompanhados por escravos.

Figura 2 – Ilha de São Nicolau



Fonte: Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal – Cabo Verde

3.7.2. Caracterização socioeconómica

Administrativamente a ilha está dividida em dois municípios: o município da Ribeira Brava com sede na cidade de Ribeira Brava e o Município do Tarrafal com sede na cidade do Tarrafal.

Segundo dados do INE a ilha de São Nicolau, contava em 2010 com uma população de 12 mil 817 habitantes, sendo 6.621 do sexo masculino e 6.196 do sexo feminino.

Gráfico 1 - Evolução da população de São Nicolau (INE:2010)



A principal actividade económica encontra-se ligada ao sector primário, ocupando a agricultura, a pesca e a pecuária um lugar de destaque.

A actividade industrial com maior destaque da ilha situa-se na cidade do Tarrafal onde há uma fábrica de conservação de pescado. O turismo, embora tenha vindo a crescer na ilha, ainda anda em ritmo lento. No entanto, a ilha é rica em aspectos que podem favorecer o ecoturismo, turismo náutico, cultural...

A emigração desempenha um forte papel na economia da ilha, e do país no geral, pois grande número das famílias, sobretudo as rurais, depende das remessas dos seus emigrantes.

3.7.3. Caracterização da pobreza

Dados apresentados pelo QUIBB-CV de 2007 nos mostram que São Nicolau é uma das ilhas mais pobres do país, apresentado um índice de Incidência da Pobreza nas cidades de Ribeira Brava e do Tarrafal na ordem dos 18,2% e 22,7% respectivamente, quando a referida taxa a nível nacional é de 26,6%.

O facto impulsionador da pobreza na ilha é o desemprego que atinge a população jovem. A taxa de desemprego na ilha é de 13%, sendo certo que 13,7% dos desempregados são indivíduos do sexo masculino e 11,8% indivíduos do sexo feminino. No meio rural a taxa de desemprego é de 16,7% e no meio urbano de 8,6%. Isso permite-nos concluir que, na ilha de São Nicolau, o desemprego afeta mais o meio rural do que o urbano. O desemprego na ilha fica a dever-se à falta de oportunidades sobretudo para as camadas mais jovens.

Torna-se importante realçar que no meio rural o emprego é precário e temporário, pois o principal sustento das famílias é a agricultura e nessa ilha a época agrícola é de curta duração: de julho a setembro. Findo esse período a população vê-se limitada com o emprego. A taxa de desemprego juvenil é bastante elevada atingindo cerca de 25,2% na faixa etária dos 15 a 24 anos. A população inativa da ilha, distribuída pelos dois concelhos, o da Ribeira Brava e o do Tarrafal, é de 2 477 habitantes e de 1 559 habitantes, respetivamente.

De qualquer modo, a forte tradição de emigração que caracteriza a ilha amortecia os efeitos do desemprego. É na emigração que continuam a residir as esperanças dos jovens e das famílias em como, na medida do possível, a sua situação económica poderá ficar resolvida.

Num documento do programa local de luta contra a pobreza, de 2007, foram apontadas como causas da pobreza na ilha, os seguintes factores:

- a) A escassez de recursos naturais (especialmente de água), aumento da desertificação, com défice de terra arável e avanço acelerado da erosão dos solos e consequentemente degradação do património fundiário
- b) A condição periférica da ilha, com falta de infraestruturas básicas e isolamento das povoações
- c) O elevado desemprego ou emprego sazonal, a falta de espírito empresarial, a fragmentação das parcelas agrícolas e pouco acesso à terra por parte das populações pobres
- d) A baixa taxa de escolaridade/formação da população e a elevada taxa de natalidade
- e) Outros factores endógenos aos próprios indivíduos.

3.8. Associativismo em Cabo Verde

3.8.1. Origem e evolução

Ao longo dos anos, o Estado de Cabo Verde não tem conseguido promover o desenvolvimento justo e equilibrado das diferentes comunidades. Tal é a ineficiência e a ineficácia das propostas de políticas regionais apresentadas pelos diferentes governos e do modelo de atuação das diversas instituições do Estado.

Em consequência as assimetrias tendem a enraizar-se, recalcando as ambições de desenvolvimento das comunidades e hipotecando o futuro das crianças e dos jovens. É neste quadro que surgem as Associações Comunitárias, cujo objetivo é o de implementar programas de desenvolvimento ajustados às necessidades concretas da população local, sobretudo em território rural, baseados na interajuda e no estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, quer nacionais, quer internacionais.

O associativismo faz parte do quotidiano do povo de Cabo Verde, desde a sua génese. O espírito de equipa foi sempre notório nos sistemas tradicionais e nos mecanismos informais de solidariedade, designadamente no decorrer das cerimónias fúnebres, em festas de casamento, de batizado, festividades religiosas, sem se esquecer da Tabanca, que é uma manifestação cultural antiga.

Esta forma salutar e única de viver em comunidade, em que todos se elegem membros de uma enorme família, irmanados por um objetivo comum, a que se convencionou

chamar de “djunta mon” (expressão crioula que significa ‘unir os esforços’) é tão antiga como a própria história do país.

Esta união de esforços acontecia também nas situações de confronto de ideias, de luta por causas públicas e de interesse comunitário. Através de manifestações, as pessoas traziam à tona as suas preocupações, a sua revolta (MTS, 2000: 60).

A comunidade, segundo Amaral (1965: 250), “era uma verdadeira associação de socorros mútuos, em que os sócios se assistiam moral e materialmente em casos de doença ou de morte, auxiliavam-se na construção de casas e nos trabalhos agrícolas e contribuía com uma quota mensal para as despesas gerais da organização”.

Enquanto país colonizado, em Cabo Verde não havia espaço para associações de pessoas, nem era do bom grado da coroa Portuguesa assistir a iniciativas de âmbito associativo. Contudo, a partir do surgimento dos primeiros movimentos revolucionários de luta para a independência, já se fazia sentir a presença de algum movimento por parte da Igreja Católica, que os apadrinhava e os camuflava (Pina, 2008: 3). “Não possuem instalações específicas, anúncios luminosos, empregados, máquinas e outros instrumentos, papéis, escrituração contabilista, salvo um simples caderno de duas colunas... mas dispõem de regulamento que tem que ser cumprido” (Amaral, 2007: 418).

Os movimentos apoiados pela Igreja tiveram o seu momento glorioso após a independência nacional em 1975, no qual foi permitida a criação de organizações de massas, assentes nos princípios do regime de partido único. Foram criados um conjunto de cooperativas, destacando-se o INAC (Instituto Nacional de Apoio à Cooperativa) e, mais tarde o ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade). O INAC e o ICS tinham como objetivo comum incentivar as comunidades a se organizarem e a participar no processo de desenvolvimento. O INC responsabilizava-se pela dinamização do movimento cooperativo. O ICS tinha como missão específica coordenar as ajudas das ONG estrangeiras a Cabo Verde, incentivar as iniciativas de desenvolvimento comunitário, sobretudo no meio rural, transferindo-lhes o apoio das ONG estrangeiras. Estas duas instituições estiveram na génese do movimento associativo cabo-verdiano e desempenharam um papel essencial no reforço da dinâmica da solidariedade existente no país (MTS, 2000: 60).

Com o advento da Democracia em 1990, Cabo Verde começaria a viver um período de profundas mudanças. Desde logo, o regime de partido único foi deposto, realizaram-se as primeiras eleições pluripartidárias, as fronteiras nacionais foram abertas à economia de mercado. Enfim, deu-se início ao que viria a ser uma autêntica viragem em todo sistema social, político e económico até então vivido no arquipélago.

O associativismo não poderia ficar indiferente e essa mudança: deixou de ser tutelado pelo Estado, passando a ter um papel dinâmico na construção da sociedade civil cabo-verdiana. Essas organizações foram acarinhadas no quadro na nova filosofia das FAIMO, e constituem parceiros úteis no desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário: poupança e micro crédito, atividades regadoras de rendimento com incidência positiva na luta contra a pobreza, promoção da mulher, planeamento familiar, apoio aos deficientes, ambiente, informação, educação, comunicação e defesa dos direitos humanos (Pina, 2008: 4).

3.8.2. Enquadramento legal e jurídico

A constituição e o exercício das atividades das associações sem fins lucrativos e de natureza não política são regulados pela Lei nº 28/III/87, de 31 de Dezembro, que estabelece alguns princípios orientadores do seu funcionamento, bem como os termos da sua criação e extinção.

Até à aprovação desse diploma, o exercício das associações regia-se por alguns disposições legais da época colonial, designadamente a Lei nº 1901, de 21 de Maio de 1935, o Decreto-lei nº 37447, de 13 de Junho de 1949, o Decreto-lei nº 39660, de 20 de Maio de 1954, e o Decreto-lei nº 520/71 de 24 de Novembro. Essa situação constituía, de facto, não apenas um estado de semi-vazio legal, como também um enorme constrangimento à constituição e funcionamento das associações. Foi, precisamente, a partir da aprovação da Lei nº 28/III/87 que começaram a surgir associações realmente promovidas por grupos de cidadãos. Até então as poucas que se conheciam eram associações de carácter público.

As associações podem, a seu pedido, adquirir a personalidade jurídica, nos termos do Decreto nº 108/87, de 24 de Outubro, e serem declaradas de interesse público - local, regional ou nacional. A aquisição da personalidade jurídica permite-lhes passar a beneficiar de incentivos específicos, designadamente de isenção de impostos na

importação de bens de uso próprio ou no desalfandegamento de donativos recebidos de outras associações congéneres.

O quadro jurídico relativo ao associativismo existente em CV tem dado sinais de obsolescência diante da atual dinâmica da sociedade civil, da diversidade das organizações que a integram e do movimento associativo em particular. Urge rever a lei, vedar as importantes lacunas já constatadas, dotando o país de novos instrumentos de regulação, capazes de salvaguardar a integridade das associações, sua legalidade e a legitimidade das suas ações.

Até lá, é a lei em vigor que continua a dar corpo às associações comunitárias, sustentando juridicamente os seus atos como seja a assinatura de projectos/contratos com os vários parceiros internacionais, com o Estado, e no âmbito do programa PLPR.

3.8.3. As associações de desenvolvimento local

As associações de carácter comunitário foram, inicialmente, estimuladas pela cooperação norte-americana, no âmbito da ajuda alimentar a Cabo Verde, por intermédio da ONG americana ACDI-VOCA em parceria com a DGASP ou, então, pela CBTA.

Com sede nos EUA, estas instituições têm por objetivo, conforme a página da ACDI-VOCA (www.acdivoca.org), a promoção do crescimento económico e do desenvolvimento da sociedade civil nos países em vias de desenvolvimento a nível geral. Ainda conforme a página, a ACDI-VOCA é uma organização privada sem fins lucrativos que promove o crescimento económico de bases amplas, condições de vida mais elevadas e comunidades dinâmicas, em países de baixa renda e democracia emergente.

Em Cabo Verde optou-se pela redução da pobreza no meio rural através da criação de emprego e do autoemprego, proporcionando formação profissional aos elementos da comunidade, aumento da produtividade agrícola em qualidade e quantidade. Para isso, apostou-se no envolvimento e na participação de todos os indivíduos no processo de identificação das necessidades primárias dos beneficiários e da própria localidade.

Esse processo participativo envolve tanto as Associações Comunitárias de Desenvolvimento, a comunidade local, como os demais parceiros que eventualmente possam surgir.

3.8.4. Caracterização das Associações comunitárias de desenvolvimento

As associações de promoção do desenvolvimento comunitário, também designadas de organizações comunitárias de base, são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, políticos nem religiosos, criadas por tempo indeterminado e independentes de qualquer entidade pública ou privada.

Integram essencialmente moradores de uma dada localidade empenhados em contribuir para o desenvolvimento local, promovendo:

- Atividades socioculturais, recreativas, e desportivas;
- Atividades nos domínios da saúde, educação, abastecimento e conservação da água;
- Projetos no sector agro-pecuário e silvicultura,
- Projectos de habitação e urbanismo,
- Infraestruturas comunitária e a proteção do meio ambiente.

As iniciativas de desenvolvimento são protagonizadas por um elemento da comunidade, portador de contactos e conhecimentos privilegiados acerca da Administração Central e que os utiliza para mobilizar apoios destinados ao desenvolvimento da sua comunidade.

A maioria das associações é legalizada ou têm processo pendente à espera da sua legalização. São associações dotadas de uma estrutura organizada, constituída pelos membros fundadores que participaram da reunião da Assembleia Constituinte e assinaram o respetivo ato constitutivo; membros ordinários, que são admitidos de acordo com o estatuto vigente; membros honorários que são admitidos pela direção em função do seu desempenho; e pelos membros beneméritos, que auxiliam material e financeiramente o funcionamento da ACD.

As associações têm uma larga base social. Internamente as ACD são geridas por órgãos sociais:

- Assembleia Geral enquanto órgão máximo - que integra todos os membros fundadores e ordinários em pleno gozo dos seus direitos, a mesa da AG, constituída pelo presidente, vice-presidente e secretário;

- Conselho de Direção - órgão executivo e administrativo, composto pelo presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogais;
- Conselho Fiscal - órgão consultivo e fiscalizador composto pelo presidente, vice-presidente e um secretário, eleitos pela assembleia geral.

As ACD são os principais parceiros de base dos governos, municípios e ONG, na luta contra a pobreza no meio rural (MTS, 2000: 61).

3.8.5. Programa nacional da luta contra a pobreza (PNLP)

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) tem como objetivo geral promover a redução sustentável da pobreza em Cabo Verde e está dividido em quatro eixos fundamentais: a integração dos pobres na economia, a melhoria do acesso social dos pobres, a mobilização social, e o reforço da capacidade institucional.

Para além do objetivo geral, o PNLN tem como objetivos específicos: promover a integração dos grupos pobres da população no processo de desenvolvimento, melhorar os indicadores sociais dos pobres, reforçar a capacidade institucional de planificação, coordenação e seguimento de atividades de luta contra a pobreza.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) constitui um esforço do governo de Cabo Verde, na busca constante da melhoria sustentável das condições de vida das populações mais pobres do país e rege-se pelos seguintes princípios: redução da pobreza de forma durável e sustentável, o combate à pobreza no âmbito descentralizado, a promoção da participação e a cooperação de esforços.

O seu público-alvo de atuação é a população que vive abaixo do limiar da pobreza, sobretudo as mulheres – em particular as mulheres chefes de família - os desempregados - essencialmente os da classe juvenil - grupos em situação de vulnerabilidade, trabalhadores das FAIMO.

O programa de luta contra a pobreza no meio rural (PLPR) está integrado no Programa Nacional da luta contra a Pobreza (PNPL), conta com o financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Governo de Cabo Verde e os próprios beneficiários.

O objetivo traçado pelo PLPR é o de aumentar o capital social das pessoas pobres que vivem nas áreas rurais de Cabo Verde. Toda a sua filosofia se baseia na abordagem participativa. Para isso, utiliza as potencialidades locais dos seus líderes, parceiros da

sociedade civil e da administração pública, e atribui poderes a essas comunidades no envolvimento e tomada de decisões relativas ao seu próprio desenvolvimento. O PLPR trabalha juntamente com as populações locais.

Para responder às exigências do financiador do programa FIDA, foram criadas, a nível de regiões, a chamada Comissão Regional de Parceiros (CRP) que, em conjunto com as ACD, executam projetos orientados para o desenvolvimento local. As Comissões Regionais de Parceiros são associações dotadas de personalidade jurídica e, de entre outros elementos, integram elementos das associações comunitárias, serviços desconcentrados do Estado, da ONG... Para além disso, ainda funcionam com um corpo técnico composto por um gestor, dois animadores, um contabilista, funcionário de serviços gerais e motorista. É responsável pela assistência técnica e assessoria às ACD.

Finalizada a IIIª fase do programa, já se fala de uma nova fase, a IVª, tendo como eixos prioritários a qualificação dos recursos humanos, desenvolvimento de atividades geradoras de rendimento e introdução do micro crédito.

3.9. Associações de Desenvolvimento Local em São Nicolau

Apresentamos a seguir alguma informação acerca das 13 associações com que contactámos no nosso trabalho de campo e que identificámos como tendo alguma atividade na ilha.

a) Associação para o desenvolvimento comunitário de Cabeçalinho - ARBE D'FONTE

Foi criada a 26 de Março de 2006, na sede social da localidade de Cabeçalinho, município do Tarrafal, e legalizada a 08 de Dezembro de 2009, inscrito na matriz fiscal sob o NIF 556275608.

Cabeçalinho é uma zona rural da ilha de São Nicolau. Segundo dados do INE a sua população total é de 155 indivíduos, sendo 82 do sexo masculino e 73 do sexo feminino. Em termos da população ativa, a zona de Cabeçalinho possui cerca de 44 indivíduos com 15 ou mais anos de idade. No ato da sua criação compareceram cerca de 11 indivíduos, todos com residência local. Inicialmente, a ACD, ARBE D'FONTE, possuía um património de Oito mil escudos cabo-verdianos (cerca de oitenta euros). É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, de autonomia administrativa e financeira. Tem por objectivo social a promoção e o desenvolvimento de Cabeçalinho.

b) Associação para o desenvolvimento comunitário de cachaço - MONTE CINTINHA

É uma associação constituída por 10 mulheres e apenas 1 homem. Com sede na zona de Cachaço, concelho de Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, a associação é de carácter comunitário sem fins lucrativos não-governamental tendo como objetivo a dinamização e o incremento de atividades comunitárias da zona.

Foi criada a 18 de Dezembro de 2005. A associação tem personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira. Cachaço é uma zona rural da ilha de São Nicolau. A sua população segundo dados do INE estima-se em cerca de 393 indivíduos, 188 do sexo masculino e 205 do sexo feminino. A zona de cachaço tem uma população ativa de 15 anos, e mais de 145 indivíduos. Chegado à zona o acesso ao Monte Gordo, ponto mais alto da ilha, é fácil. A associação tem por objeto a promoção e desenvolvimento de Cachaço - São Nicolau

c) Associação comunitária para o desenvolvimento de Caleijão- ÁGUA DE CANAL

Com o objectivo de contribuir para a promoção do desenvolvimento “harmonioso e integrado” da localidade de Caleijão, criou-se a 11 de Junho de 2005 a ACD, cuja data de legalização foi a 06 de Março de 2006.

Trata-se de uma associação colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, políticos nem religiosos, independente de qualquer ente público ou privado. A ACD tem sede na localidade de Caleijão, uma zona do interior da cidade de Ribeira Brava, de acesso rápido e fácil. Possui uma população de 300 indivíduos, segundo dados do INE. Desse total 161 são masculinos e 139 femininos. A zona é conhecida como sendo o ‘berço’ do escritor ‘Osvaldo Alcântara, pseudónimo de Baltazar Lopes Silva, o autor da obra literária ‘Chiquinho’. ÁGUA DE CANAL possui cerca de 40 sócios, 20 indivíduos do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

d) Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Canto Fajã-TARTOLHO

Sediada na zona de Canto Fajã, a ACD Tortolho foi criada a 08 de Agosto de 2002, oficializada a 26 de Março de 2008, inscrito nas repartições fiscais com o NIF 555951383. Canto Fajã é uma localidade do Vale de Fajã. Possui uma população de 238 indivíduos dos quais 118 são do sexo masculino e 120 do sexo feminino. A sua população ativa tem 15 anos e mais de 61 indivíduos, sendo 48 do sexo masculino e 13 do sexo feminino.

A atribuição do nome Tortolho à associação local deve-se ao facto de em Canto Fajã haver uma grande quantidade de tortolho, espécie de planta rara no país (que actualmente encontra-se somente na ilha de São Nicolau e na referida zona.). A planta caracteriza e dá brilho à zona.

A ACD Tortolho possui cerca de 84 sócios, sendo 57 homens e 27 mulheres. Com sede na zona de Canto Fajã, a ACD Tortolho possuía um património inicial de vinte e dois mil escudos.

Segundo o estatuto da Tortolho, são objetivos da associação dinamizar e incrementar atividades comunitárias, socioculturais, recreativas e executar obras comunitárias. É uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira.

e) Associação comunitária para o desenvolvimento de Carvoeiros - GOTA D'AGUA

É uma associação sociocultural, sem fins lucrativos, com sede na zona de Carvoeiros, cuja escritura pública data de 8 de Dezembro de 2009. Carvoeiros é uma zona rural da ilha de São Nicolau, com forte potencial agrícola assim como as restantes zonas da ilha.

Pertence ao Município de Ribeira Brava, freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Tem 199 habitantes - 104 indivíduos do sexo masculino e 95 do sexo feminino – uma população activa de 15 anos e mais de 66 indivíduos: 41 masculinos e 19 femininos.

f) Associação para o desenvolvimento da comunidade de Estância Brás - ADESA

A 03 de Fevereiro de 2002, foi criada a associação para o desenvolvimento da comunidade de Estância de Brás, na ilha de São Nicolau, freguesia de Nossa Senhora da Lapa. ADESA foi legalizada a 15 de Maio de 2000, com o NIF 552302104.

A zona de Estância de Brás possui um povoado com 320 habitantes, dos quais 155 indivíduos são do sexo masculino e 165 do sexo feminino. A comunidade vive essencialmente das remessas dos emigrantes, de alguma produção agrícola e alguma atividade piscatória. Inicialmente a ACD local possuía cerca de 56 sócios. É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos nem políticos, cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento da comunidade local.

g) Associação dos Jovens Solidários de São João - AJS

É uma associação inovadora, sem fins lucrativos que tem como finalidade o agrupamento de jovens para ajudar no desenvolvimento sustentável da comunidade de São João, através de realização de actividades culturais, desportivas, recreativas, debates de utilidade pública e outras.

Aposta na promoção do intercâmbio e na cooperação com associações que prossigam os mesmos objectivos. A associação possui sede no bairro de São João, na cidade da Ribeira Brava, freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

A missão da AJS é representar os jovens perante órgãos administrativos, institucionais e defender os interesses colectivos dos associados. A AJS conta com 56 sócios, dos quais 24 do sexo masculino e 32 do sexo feminino.

h) Associação Unida para o Desenvolvimento da Comunidade de Juncalinho - AUDCJ

Criada a 01 de Agosto de 2001, inicialmente sob estatuto de cooperativa, a Associação para o Desenvolvimento de Juncalinho foi legalizada a 25 de Março de 2005.

A AUDCJ tem cerca de 54 sócios fundadores, dos quais 32 são do sexo masculino e 22 do sexo feminino. A AUDCJ é uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica.

i) Associação de Promoção do Desenvolvimento Comunitário de Fajã - MANCHA VERDE

MANCHA VERDE é uma organização não-governamental de cariz social, fundada a 29 de Janeiro de 2006, em Fajã de Baixo, ilha de São Nicolau. Inicialmente a Associação Mancha Verde possuía um património de 7.300\$00 (sete mil e trezentos escudos), cerca de oitenta Euros.

j) Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Lompelado - ACDL

Criada a 22 de Fevereiro de 2008, na localidade de Lompelado, ilha de São Nicolau, a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Lompelado foi legalizada a 17 de Julho de 2009. É uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira. A ACD Lompelado possui 43 sócios, 26 masculinos e 17 femininos. À data da sua legalização, a ACD Lompelado possuía um capital social de vinte mil escudos (20.000\$00), equivalendo a um montante de duzentos euros.

k) Associação Unida para o Desenvolvimento de Morro Brás - AUPAD-MB

A AUPADMB é uma associação sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira e com personalidade jurídica que visa o desenvolvimento da comunidade de Morro Brás.

A Associação Unida para o Desenvolvimento de Morro Brás, é uma ONG com 34 sócios. Foi criada a 10 de Março de 2001 e legalizada a 16 de Dezembro de 2004, inicialmente sob estatuto de cooperativa.

Morro Brás é uma localidade situada na região leste da ilha de São Nicolau. Ao contrário do vale de fajã, em Morro Brás o campo é árido e, consequentemente, a atividade agrícola quase não existe. A população pratica alguma atividade piscatória, estritamente artesanal.

A comunidade vive essencialmente das remessas dos emigrantes ou das frentes de trabalho estatais.

Morro Brás tem 188 habitantes - 106 indivíduos do sexo masculino e 82 do sexo feminino - uma população ativa com 15 anos, e mais de 76 pessoas, sendo 49 masculinos e 27 femininos.

l) Associação Regional de Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência, Carenciadas & Terceira idade de São Nicolau ARDEPTI

Com sede na Cidade do Tarrafal, a Associação Regional de Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência, Carenciadas & Terceira Idade de São Nicolau nasceu de uma iniciativa de 10 sócios. Actualmente já conta com 98 sócios, sendo 46 do sexo masculino e 52 do sexo feminino, essencialmente mães chefes de família. Esta organização não-governamental foi criada em 2006 e oficializada a 23 de Março de 2007, conforme Boletim Oficial III série de 23-03-07.

O objetivo da ARDEPTI é ajudar os que mais precisam, em particular os deficientes, idosos e os carenciados em geral. Promove e incentiva a prática do desporto no geral e atividades desportivas específicas para pessoas portadoras de deficiências e pessoas da terceira idade.

m) Associação Comunitária para o Desenvolvimento do Vale da Ribeira Brava-AMIZADE

No dia 30 de Março de 2005 foi criada a ACD Amizade, legalizada a 03 de Novembro de 2005, com cerca de 20 sócios, 10 de cada sexo. A associação com sede na localidade de Talho, abrange outras zonas nomeadamente: Água das Patas, Campinho, Talho, Pombas, Mofina. São localidades cuja distância do centro da Cidade de Ribeira Brava é, no máximo, de 3 km. Trata-se de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e financeira.

A ACD Amizade tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento do Vale da Ribeira Brava

4. Apresentação dos resultados das entrevistas

Segue a apresentação do resultado das entrevistas realizadas no terreno, junto dos representantes das associações locais, durante os meses de Agosto e Setembro de 2012. Num universo de vinte e três (23) associações de desenvolvimento local existentes na ilha, só nos foi possível o contacto com treze (13). Obstáculos como a (longa) distância que separa as diferentes localidades, agravada pela situação de quase isolamento de certos povoados, o não funcionamento de algumas associações, condicionaram a realização das entrevistas.

As associações encontram-se todas sediadas na ilha de São Nicolau, nas respetivas zonas. Cada localidade possui uma ou mais marcas de índole antropológica, natural ou outra que a valoriza. As associações aproveitam desse pormenor social, cultural, ambiental, humano, etc., acoplando-o, na maioria dos casos, à sua própria designação, levando, deste modo, a comunidade a se identificar, ainda mais e melhor, com os objetivos que preconizam.

4.1. Funções das associações

Em São Nicolau, as Associações de Desenvolvimento Local atuam principalmente no âmbito rural, auxiliadas, desde o ano 2000, pela comissão regional de parceiros de São Nicolau, (a partir do programa de luta contra a pobreza no meio rural) e, agora, em parceria também com a ORAC-SN/ESSOR.

As ACD na ilha têm-se revelado numa entidade de promoção social, económica e cultural de grande importância, pois têm vindo a agir no sentido de combater a pobreza e a exclusão social, dois factores sociais cuja incidência na ilha é preocupante.

As suas ações estão direcionadas para as classes mais desfavorecidas, nomeadamente as mulheres chefes de família e os jovens. Neste sentido, o seu campo de actuação varia conforme as prioridades identificadas pela população local, e os eixos prioritários traçados pelos parceiros. Inicialmente, quando a atividade associativa na ilha ainda se encontrava na sua fase embrionária, as diretrizes de apoio ao desenvolvimento local dadas pelas ACD, iam ao encontro de atividades de cariz social, nomeadamente e

sobretudo, a construção de habitação social: construção de raiz, remodelação e/ou ampliação.

Com o passar dos tempos, os financiadores, sobretudo a CRP, mudaram de estratégia. Uma mudança que, segundo a diretora do programa, constituiu uma mais-valia para os beneficiários:

“No início o que se fazia era, por exemplo, construir uma habitação social e entregá-la a um determinado beneficiário, sem que este tivesse alguma participação. Era dar e pronto... Agora mudaram-se as políticas. O próprio financiador do programa, o FIDA, exige alguma participação no projeto por parte do beneficiário...Que vá apanhar areia, por exemplo...Para mais, assim, as ACD já terão algum fundo próprio na sua conta”

(Arcângela Semedo)

Da ajuda que se resumia basicamente à construção/ remodelação da habitação, passou-se a incluir, nos programas de apoio, novos projetos: atividades geradoras de rendimento, microcrédito, qualificação de recursos humanos e, por último, apoio social, - que pode incluir, também, a construção de habitação social, em menor percentagem - apoio escolar, e apoios à saúde...

Essa mudança de perspectiva, segundo a diretora da CRP, tem em vista melhor servir, e ajudar a população da ilha a sair da pobreza:

“Chegámos à conclusão de que construir uma habitação social, e entrega-la não chega. Isso porque as pessoas, na nossa opinião, não saem da pobreza. Elas acomodam-se com a situação e ficam sempre à espera que a ajuda chegue... Nós pretendemos que os beneficiários sejam capazes de lutar por aquilo que querem, que sejam dinâmicos”

(Arcângela Semedo)

Por imposição legal, estatutária, as ACD são organizações não governamentais “*sem fins lucrativos, de autonomia administrativa e financeira*” (artº 2º dos Estatutos). Todo o trabalho das ACD tem por objectivo o crescimento e o desenvolvimento da localidade onde se encontram inseridas e a melhoria das condições de vida das pessoas aí residentes.

Nas palavras de Hélio Conceição, “*tudo o que a associação tem é destinado ao bem comum da população e da comunidade, portanto, não temos nenhum fim lucrativo*”.

Para alcançar os seus objectivos, e porque as ACD não se restringem a fins específicos, as ACD apostam em actividades gerais, diversas, de modo a poderem abarcar todos segmentos da sociedade: desporto, cultura, educação, saúde, agricultura.

4.2. Constituição e funcionamento das associações

As associações entrevistadas encontram-se em pleno gozo das suas actividades e no cumprimento dos estatutos. Constituem-se por corpos gerentes que as suportam administrativamente, dinamizam e lhes dão estabilidade na realização das suas actividades: uma assembleia geral, um conselho de direcção e um conselho fiscal, cujos membros estão representados na pessoa do presidente, vice-presidente, secretário, fiscais e vogais.

Os diferentes órgãos das associações estão sujeitos à renovação, que, de acordo com o seu estatuto, acontece a cada dois anos, podendo cada membro ser reeleito não mais que uma vez, ou seja, por dois mandatos.

A data para a realização do ato eleitoral é marcada pela Assembleia Geral. As eleições têm carácter plural, significando que podem concorrer aos cargos de gestão da Associação mais do que uma lista, incluído a direcção cessante, desde que não tenha atingido ainda o limite de mandatos definido nos estatutos.

A convocatória para a Assembleia eletiva é feita com a devida antecedência. Trata-se de um apelo implícito à presença do maior número de sócios possível ou, pelo menos, da maioria absoluta dos associados - metade mais um - condição essencial para que o resultado do ato eleitoral seja considerado válido.

A adesão dos associados aos atos eleitorais realizados nas ACD entrevistadas tem sido positiva. Esta atitude proactiva traduz os níveis de satisfação dos associados face ao desempenho geral das Associações que, globalmente, têm cumprido as tarefas estatutariamente definidas.

Para além de outros poderes e funções, os sócios elegem os membros a quem confiam a sua representação na sociedade civil, através das associações. Interessa às ACD ter o maior número possível de associados, independentemente do sexo, idade, confissão religiosa, proveniência sociocultural, sendo certo que, uma vez criadas a pensar na

melhorar a qualidade de vida dos elementos da comunidade, só assim poderão alcançar os seus objetivos.

4.3. Associações vs comunidade local

Todas as ACD entrevistadas operam em comunidades com 250 a 300 habitantes aproximadamente. Algumas definem como sendo “*próximas*” as relações com a população entendendo esta proximidade como uma relação baseada numa lógica participativa.

A participação da comunidade nas actividades da associação revela-se produtiva, pois são os elementos comunitários quem, realmente, identificam da melhor forma possível as suas necessidades. “*Queremos que a população se envolva com a associação, que chegue mais perto, que participe ainda mais, que dê o seu contributo*” (**Dionísio Santana**).

Contudo opiniões contraditórias por parte de outras associações consideram a relação com a comunidade como sendo tendencialmente forçada: “*só dirigem-se à associação quando precisam dela para alguma ajuda mas, do resto, somos nós quem procura a população... pode-se dizer que a relação entre a ACD e a população está em meio-termo mas é a associação a dar o primeiro passo*” (**Nelson Silva**).

Questionados sobre o sentimento de confiança que, porventura, a população lhes retribui, em jeito de reconhecimento, explicam que a confiança não é total. “*Confiam porque, se não confiassem, hoje a associação não teria beneficiado tanto a localidade todavia, há sempre aquele ‘senão’ por parte da população*” (**Ponciano Pinto**).

De qualquer modo, apesar de todo o trabalho realizado, tanto pelas associações como também pelos animadores da CRP, ainda o envolvimento com o associativismo por parte da população rural da ilha de São Nicolau é baixo: “*falar de associativismo em São Nicolau é diferente que falar do associativismo em Santo Antão, no Fogo, e note-se que são todas ilhas com potencial agrícola...Falta despertar para o cultivo do espírito associativo do povo Sãonicloense*” (**Sérgio Spencer**).

Robert Putnam (*apud* Monteiro, 2002) dizia que confiar ou deixar de confiar “desencadeou nos sectores político e intelectual da sociedade americana, um forte debate sobre o alegado declínio do ‘capital social’ dos americanos, com consequentes

reflexos sobre o seu empenhamento cívico, ao afirmar a tese segundo a qual ‘existe uma forte evidência (...) de que a vibração da sociedade civil americana declinou nas últimas décadas’. Putnam procura razões mais aprofundadas e afirma claramente que “não estamos perante um fenómeno unicamente político. Ainda que tenha poderosas consequências políticas, esse facto deve-se a indicadores de ‘baixa nos índices de participação política, de participação nas reuniões escolares, de filiação religiosa ou ainda de envolvimento em associações de índole cívica’”.

Num outro trabalho, realizado também por Putnam, desta feita sobre a Itália, intitulado *Marking Democracy Work – Civic traditions in Italy*, o autor procura demonstrar que o norte do país devia precisamente a sua modernidade económica à existência de redes densas e ricas, de relações sociais horizontais, e onde o nível de confiança entre as pessoas era elevado, contrastando-se com o sul, menos desenvolvido, porque constrangido por relações hierárquicas de dependência e desconfiança’.

As actividades desenvolvidas pelas associações são sempre acompanhadas de um pré-aviso, destinado às populações locais. Este aviso pode ser feito através da publicidade: colocação de cartazes pelas ruas da comunidade, através da Rádio Comunitária de Ribeira Brava e do Tarrafal; ou então, por carta e/ou convocatória. Utiliza-se, também, o sistema de transmissão boca-a-boca, pois são localidades de pequena dimensão e, quando assim é, a notícia chega depressa aos destinatários.

4.4. As parcerias

Nos nossos encontros no dia-a-dia, nas nossas conversas, sempre temos a necessidade de ter o outro por perto, por mais insignificante que possa parecer a relação que daí resulta. Com as associações de desenvolvimento comunitárias também acontece o mesmo. Para que possam dar voz e ter a oportunidade de ajudar no desenvolvimento das suas comunidades, trona-se urgente estabelecer parcerias. Além do mais, a sociedade moderna atua como se de um sistema se trata-se e do qual fizessem parte subsistemas que agissem em conformidade, uns com os outros, de modo a obterem os melhores resultados. Seguindo este raciocínio lógico, as associações pertenceriam ao conjunto dos subsistemas integrantes do sistema maior que seriam a Sociedade e seus potenciais parceiros.

Os parceiros de ajuda ao desenvolvimento local são entidades exteriores que possuem um forte papel e/ou importância, principalmente em termos de financiamento, no processo de ligação entre as Nações, tendo em vista o desenvolvimento. Diferenciam-se em parceiros locais, nacionais, internacionais, privados, públicos ou mesmo público-privados.

Ficou-nos claro que as associações de desenvolvimento local, em São Nicolau, só atuam localmente mediante financiamentos, ou seja, perante a existência de parceiros, e que as suas actividades também ficam condicionadas à possibilidade de não haver parceiros, uma vez que os mesmos são, na sua maioria, limitados em termos de recursos próprios. Teoricamente, a maioria das ACD possuem recursos provenientes das jóias e quotas, que deveriam ser pagas, regularmente, pelos sócios. No entanto, na prática, poucos o fazem.

Ao elaborar um determinado projeto de ajuda ao desenvolvimento local, apesar de partirem de uma situação de incerteza em conseguir o parceiro financiador, o certo é que a ACD o consegue sempre, graças ao carácter dinâmico do grupo, e em particular do próprio presidente: *“As parcerias dependem muitas vezes do dinamismo do líder e do próprio grupo”* **(Ponciano Pinto)**.

“Garantimos as nossas parcerias através de criação de linhas de contacto estabelecidas com entidades governamentais, com instituições privadas...e temos o cuidado em apresentar e seguir todos os parâmetros que possam, eventualmente, exigir-nos, como forma de comprovar a veracidade de um determinado projecto de ajuda ao desenvolvimento. Somos um grupo ambicioso pelo que não ficamos à espera que sejam os parceiros a nos procurar, muito pelo contrário: nós fazemos de tudo para que eles nos atendam, isto é, corremos atrás dos nossos parceiros, vamos à busca daquilo que, realmente, queremos tirar do papel” **(Hélio Conceição)**.

“Devido ao bom nome que a ACD possui na sociedade, dado à seriedade e transparência enquanto princípios pelos quais norteia toda a nossa atividade, e a responsabilidade que caracteriza os elementos que compõem os órgãos associativos, não temos tido grandes dificuldades no momento de encontrar quem nos auxilie na nossa tarefa de ajuda ao desenvolvimento comunitário. Notamos este facto tanto na ilha, como também no país” **(Dionísio Santana)**.

Conseguir uma parceria com alguma entidade, local ou mesmo nacional, não é tarefa fácil pois os parceiros exigem sempre alguma demonstração, tendo como principal

exigência a apresentação de um plano ou projecto com o qual se identifiquem, ao mais ínfimo pormenor. E muitas vezes as ACD ficam numa correria na tentativa de elaborar o projecto, ou então de encontrar quem lho faça.

“As parcerias, muitas vezes dependem das políticas adotadas pelo próprio financiador, quando é ele quem define as diretrizes. Mas quando é a ACD a apresentar a sua ideia, e caso os parceiros concordarem, se for original, aí sempre pedem um projecto...acho que é por motivos de garantia” (Nelson Silva).

As ACD preocupam-se em manter as suas parcerias: manter as coordenadas dos parceiros de desenvolvimento, mas sobretudo seguir todos os trâmites e procedimentos constantes de cada acordo de parceria, essenciais para a manutenção da confiança institucional. E uma das formas encontradas é a *“apresentação de todos os justificativos quando são solicitados” (Orlanda Matias); “manter uma relação o mais aberta possível” (Carla Duarte); “demonstrar um trabalho transparente” (Mário Silva); “apresentar os resultados tanto aos sócios como também à comunidade” (Vladimir Babosa); “ser pontual no cumprimento das metas” (Valdo Soares)*, isto é, nota-se um indubitável zelo em *“manter o bom nome da ACD” (Júlia Almeida).*

No seio das ACD cada parceiro é tido como um agente de desenvolvimento, dado ao seu contributo em prol da comunidade. As ACD caracterizam-no como sendo *“parceiros especiais. É uma troca por troca: eles nos ajudam e nós fazemos a publicidade do seu nome”*. A relação ACD-Parceiro, é *“positiva... de grande valor” (Ponciano Pinto).*

De um leque de parceiros, que podem concretizar-se em parceiros comuns a todas as associações de desenvolvimento local em São Nicolau, há alguns que apenas fazem parte da lista de parceiros de algumas associações. Assim, em termos gerais, enquanto parceiros comuns, tidos também como principais parceiros das ACD temos: a Comissão Regional de Parceiros de São Nicolau (CRP-SN); a Câmara Municipal de Ribeira Brava (CMRB); Câmara Municipal de Tarrafal de São Nicolau (CMTSN); Organização das Associações Comunitárias de São Nicolau (ORAC-SN/ESSOR); Ministério de Agricultura e Pesca; Plataforma das ONG’S; Secretaria do Estado e da Juventude; Centro da Juventude de Ribeira Brava. Delegação do Ministério da Educação.

Enquanto parceiros mais restritos a cada ACD, individualmente, tem-se: Atelier Mar em São Vicente; Rede Associação do Norte; Comité Spencer (Luxemburgo); Lunária

(Itália); Embaixada dos Estados Unidos, (Santiago); Associação João Paulo II (Itália); Enapor.

São, no seu conjunto, esses, os parceiros que apoiam as ACD no processo de desenvolvimento local, cada um à sua maneira, com as suas exigências próprias, atuando a seu tempo e ritmo. Tem sido graças a essas parcerias que as associações de desenvolvimento local de São Nicolau têm conseguido obter alguns apoios destinados às suas localidades, baseando-se numa perspectiva de desenvolvimento. Diversas são as áreas que, em conjunto, têm vindo a atuar: no social, na educação, na agricultura, na cultura e no desporto.

4.5. Projectos realizados com vista a alcançar o desenvolvimento

Como forma de desenvolver a vertente social, foram desencadeadas atividades de construção designadamente a remodelação e/ou ampliação de habitação social; apoio na alimentação dos reclusos do estabelecimento prisional local; construção/remodelação de arretes ou caminhos vacinais; ligação de água domiciliária; ligação de rede elétrica ao domicílio; reabilitação de estradas e vias de acesso à comunidade; entrega de cadeiras de rodas a deficientes; transporte de especialistas em paralisia infantil à ilha; remodelação da capela local.

As actividades destinadas à promoção e desenvolvimento do sector da educação englobam tanto o ensino pré-escolar (jardim infantil), o ensino básico integrado como também o ensino secundário e a formação profissional: apoio ao transporte escolar; entrega de materiais de higiene; entrega de materiais escolares; remodelação de escolas do ensino básico integrado; construção de horto-escolar. No tocante à formação profissional, a aposta recai nas seguintes formações: construção civil (pedreiro, responsável de obra, calceteiro); beleza e estética (manicure/pédicure, cabeleireiro); doce e compotas; restauração (bar e mesa); canalização, (electro) mecânica, contabilidade, informática.

No domínio da agricultura, realizaram-se projectos de grande porte: construção de diques de captação e retenção de água; formação na área de hidroponia; ligação do sistema de gota-a-gota; construção de viveiros e de estufas.

Ainda há as actividades ligadas à pesca e à pecuária, isto é, actividades geradores de rendimento e de emprego. Por último, embora não menos importantes as atividades

ligadas ao desenvolvimento da cultura. Nesse sentido, há uma preocupação em conservar as festas de romaria: Santo António, São João, São Pedro.

O sucesso de qualquer atividade que promova o desenvolvimento comunitário só é possível alcançar se, para a sua realização, forem acionados os canais de financiamento, mas também aproveitadas as sinergias provenientes das diversas esferas de relacionamento da ACD.

Outrossim, será necessário implementar um plano de trabalho bem estruturado e que propicie a sua melhor execução, tendo por base a participação efetiva das mais variadas equipas. Daí a importância do processo de identificação detalhada das necessidades locais.

Esse plano de trabalho de que se falou atrás, é realizado em dois ou mais momentos, a saber: *“às vezes, quando necessário, tem-se uma equipa da ACD no terreno, com o intuito de estabelecer contactos com a população e proceder ao levantamento de dados e das suas preocupações”* (**Ponciano Pinto**), noutras, *“como a comunidade é tão pequena, todo o mundo se conhece, já sabemos onde e como, encontrar os beneficiários”* (**Orlanda Matias**). Numa fase posterior, *“chuva de ideias”* (**Américo da Luz**), chega o momento de elaboração do projecto, onde se especifica, a cada pormenor, as actividades, identificando tanto os beneficiários como também os meios a serem utilizados; e por fim, quando já tudo se encontrar decidido, é o momento de ir ao encontro dos possíveis parceiros.

São poucas as ACD que realizam estudos de viabilidade do projecto.

4.6. Limitações das associações

Apesar de tanto trabalho realizado em prol do desenvolvimento comunitário, as associações, sentem que podem e que querem fazer ainda mais pela sua localidade, pese embora alguns constrangimentos, como por exemplo: falta de recursos financeiros: *“Sem financiamento fica difícil realizar alguma actividade, seja de que natureza for, há muitos projectos na gaveta à espera de financiamento”* (**Sérgio Spencer**); falta de recursos humanos: *“Às vezes perdemos parceiros por não termos pessoal capacitado em matéria de elaboração de projectos, por exemplo. Se o encomendarmos demora muito tempo e, até estar pronto, às vezes o prazo já está vencido”* (**Orlanda Matias**); falta de sede própria: *“acho que a sede dá mais credibilidade ao trabalho da*

associação... as pessoas passam a apostar mais na ACD” (Graciano Graça); “ todos os trabalhos da ACD são feitos em minha casa o que pode causar desconfiança por parte da população local no que se refere à nossa actuação” (Nelson Silva); “um espaço próprio com seus próprios equipamentos é que falta para consolidar ainda mais o bom nome que temos como associação” (Dionísio Santana).

Um outro entrave ao desenvolvimento local com que a maioria das ACD se debate, prejudicando as suas acções, tem que ver com a cor partidária. Algumas dizem sentir-se prejudicadas pela atual Câmara Municipal, enquanto que, com a anterior não tinham este tipo de constrangimentos. Há um reflexo negativo da cor política sobre a pessoa do presidente da ACD, que os mesmos caracterizam como sendo “*impressionante*” e que, do seu ponto de vista, só prejudica o desenvolvimento da comunidade. “*Confundem a pessoa, o indivíduo, com a pessoa enquanto representante de uma associação. Enquanto for assim o desenvolvimento da ilha fica muito atrás do das demais*” (Hélio Conceição).

Conforme a cor partidária no poder, as associações enfrentam maior ou menor dificuldade na materialização dos seus projetos. Assim sendo, as relações que se estabelecem entre as associações e as duas Camaras da ilha, diferem muito. Umas não encontram quaisquer dificuldades em comunicar e relacionar-se com a edilidade local: “*as nossas relações com a câmara municipal são muito boas, não temos razões de queixas, pois a qualquer momento somos atendidos*” (Jorge Semedo). Outras há, que, para obterem uma audiência com a edilidade demora muito tempo, e depende muito do carácter do presidente e outros membros da associação.

Muitas vezes as dificuldades servem de estímulo à insistência. Embora haja entraves que, de uma forma ou de outra, prejudicam o normal funcionamento das ACD, estas não ficam à espera que aconteça milagre. Todos os anos durante o mês de Novembro as associações reúnem-se em Assembleia Geral para discutirem o programa de atividades referentes ao ano seguinte.

Consultando a lista de projectos e/ou actividades das ACD's, verifica-se que muitos projectos, estão virados para o futuro, nomeadamente: a criação da própria sede da ACD (a maior preocupação/ambição dos presidentes entrevistados); apostar mais nas actividades geradoras de rendimento (destinadas aos jovens e mulheres chefes de família, como forma de obterem uma formação/qualificação suficiente que lhes

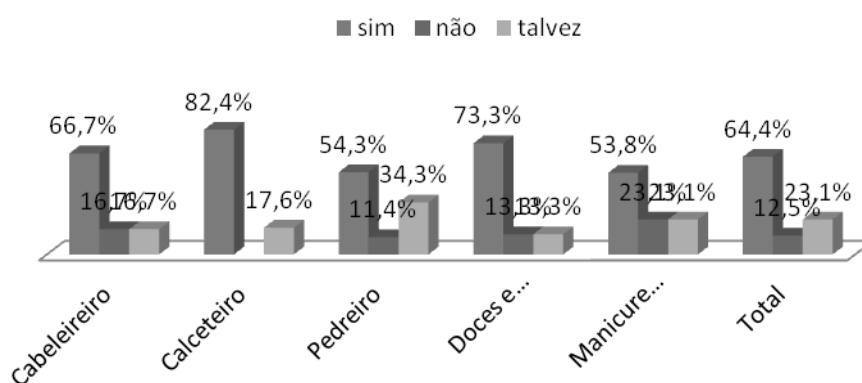
permitam enquadrar-se no mercado de trabalho); obtenção de um centro de gráfica; concretização do projecto da associação móvel; centro de transformação de produtos agroalimentar; finalização dos projectos relacionados com o ambiente (construção de arretes e diques), introdução de plantas endémicas (um dos objectivos é a preservação do solo); construção de um lar de idosos.

Segundo um relatório de 2011 realizado pela CRP em conjunto com as ACD, sobre os efeitos das acções de formação junto aos beneficiários dos projectos (um total de 104 indivíduos - 65 do sexo masculino e 39 do sexo feminino), as formações ora obtidas foram de grande importância para as suas vidas.

Do leque de motivos que justificaram a importância da formação, o de maior relevo foi o aumento salarial: *“Passei a ganhar mais que ganhava antes”* (**Elizabete Tavares**); *“Já consigo dar aos meus filhos alguma coisa extra”* (**Ricardina Monteiro**).

São também indicadas outras razões: *“Aprendi muito mais”* (**Fernando Brito**); *“Serviu para remendar os meus hábitos”* (**Aguinaldo Lima**); *“Já tenho um diploma e onde quer que eu vá o apresentarei”* (**Octávio do Rosário**); *“Tenho uma área de formação”* (**Alex Zego**).

Gráfico 2 – Opinião sobre se a formação mudou a vida do entrevistado



Fonte CRP, 2011

Para além das acções de capacitação profissional destinadas aos indivíduos de cada localidade, também as ADC's atuam localmente em outras vertentes: encontros tendo em vista o enriquecimento dos seus membros; campanhas de sensibilização que vão de encontro aos flagelos sociais que afetam cada localidade em particular e a ilha no seu todo, campanhas de limpeza, etc., isso com o objectivo de alcançar o desenvolvimento mais desejado possível.

Uma outra vertente em que as ACD, em parceria com a ORAC-SN/ESSOR, têm vindo a apostar como forma de promover o desenvolvimento local, é o micro crédito enquanto via para o auto emprego e actividades geradoras de rendimento. Objectivo; inculcar nos seus atores locais uma postura de independência em relação aos demais. Ou seja: não esperar sempre pelo Estado ou pela edilidade municipal, entendendo-os como principal empregador.

“O micro crédito tem como objectivo fomentar as iniciativas de auto promoção e de desenvolvimento local, através do financiamento de actividades geradoras de rendimento e do auto emprego. Este financiamento é atribuído consoante o sector de actividade e a capacidade de reembolso dos clientes. Já foram concedidos cerca de 28 créditos, todos destinados às actividades geradoras de rendimento.” Fintchêntch, nº 2, dezembro, 2012.

Conclusão

Sem ter a pretensão de esgotar os assuntos que possam constituir motivos de discussão sob o associativismo e o desenvolvimento local, chega-nos o momento de deixar algumas notas conclusivas sobre o tema da dissertação.

O desenvolvimento foi entendido, na sua generalidade, como sendo um processo de transformações socioeconómicas, cujo objectivo é melhorar as condições de vida das pessoas.

Em termos ideológicos o desenvolvimento possui as suas raízes no mundo ocidental e pressupõe uma adesão voluntária dos seus agentes, embora este facto só veio a ser levado em boa conta a partir da II metade do século XX.

Alvo de sucessivas críticas no que tange à sua implementação dado à sua complexidade, nomeadamente nos países ditos em desenvolvimento, por no fundo adapta-lo á realidade em causa, tem-se vindo a abordar novos conceitos estratégicos, de acordo com as políticas nacionais, no sentido de evitar e /ou repetir os mesmo erros cometidos com o primeiro modelo – aquele que predominava os interesses de um constante crescimento económico

Adotando essa nova realidade, o cerne da discussão deixa de ser exclusivamente os meios para de alcançar o desenvolvimento e passa a apostar nos fins do desenvolvimento enquanto processo. A partir de agora novas perspectivas do desenvolvimento serão adotadas e, Cabo Verde, enquanto país ainda jovem, também aceitou o desafio, e tem vindo a obter ganhos sucessivos ao abraçar a nova realidade do mundo globalizado.

Independentemente dos constrangimentos que limitam o seu desenvolvimento integral, há indicadores que apontam para um evoluir satisfatório do país. Estamos a mencionar ao índice de desenvolvimento humano, ao clima de paz favorável, ao investimento no capital humano, na saúde...

Em São Nicolau as associações de desenvolvimento local atuam principalmente no meio rural, com o objectivo de minimizar ou mesmo, erradicar as dificuldades existentes, sobretudo no que se refere ao sector agrícola.

As associações comunitárias de desenvolvimento têm-se revelado importantes parceiros do desenvolvimento local, por vários motivos: têm contribuído na identificação e resolução de dificuldades de âmbito socioeconómicas locais, têm vindo a zelar pelo desenvolvimento comunitário/ local atuando na luta contra a pobreza no meio rural e, apostando no crescimento e na melhoria das condições de vida dos seus beneficiários.

Como forma de melhorar as condições de vida no meio rural, as áreas de intervenção destinadas ao desenvolvimento local tem sido, na sua generalidade, actividades de carácter social, nomeadamente habitação social, actividades ligadas à agricultura, à educação, à cultura, actividades geradoras de rendimento e emprego. A aposta tem sido no microcrédito e na formação e capacitação.

Na realização de actividades que proporcionam o desenvolvimento local, as ACD estabelecem parcerias, nomeadamente com o próprio Governo de Cabo Verde, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e algumas ONG.

A função atribuída às ONG nacionais no seio das ACD é de grande valor, visto serem elas o principal impulsionador da promoção social e do bem - estar das comunidades rurais, da luta contra a pobreza, da capacitação humana. Por outro lado, as ONG auxiliam as ACD na identificação e interação com os parceiros internacionais, e no acesso aos mecanismos de financiamento a projetos de desenvolvimento comunitário.

As associações de desenvolvimento comunitária em São Nicolau organizam as suas atividades mediante contratos estabelecidos ora com o Governo, ora com seus próprios parceiros. O principal parceiro e impulsionador do associativismo na ilha é, todavia, a Comissão Regional de Parceiros, no âmbito do seu programa de luta contra a pobreza no meio rural. E, é mediante a assinatura de contratos que conseguem angariar financiamentos que lhes permitem executar acções de ajuda à comunidade.

Para além das acções estruturais, que visam a melhoria das condições socioeconómicas das comunidades, as ADC atuam também em áreas menos visíveis - à priori junto das populações - como em atividades de sensibilização aos flagelos sociais que afetam as respetivas comunidades, com o intuito de proporcionar mudança de atitude e comportamento dos seus associados.

As ACD constituem uma oportunidade de trabalho nas comunidades rurais, dado às obras e outras actividades que realizam. As associações constituem um exemplo de democracia cívica: os associados têm a prerrogativa de escolher, de forma livre e

voluntária, os seus representantes junto da comunidade, em claro exercício pleno da cidadania. As ACD são o representante legal das comunidades, assente no princípio participativo, já que são os próprios membros da comunidade que elegem os responsáveis de cada organização comunitária. Perante esse facto, sentem-se representados. Ao assumirem este papel de representante legal comunitário a ACD transforma-se no órgão máximo dentro da comunidade “autorizado” a defender os interesses tanto individuais como colectivos da população. Possuem uma estrutura fixa e um estatuto que lhes permite sentir com maior ou menor grau, a confiança que a população deposita neles e que eles (a associação) transmitem à comunidade.

É claramente reconhecida a função das ADC e o contributo que têm vindo a dar às comunidades rurais da ilha de São Nicolau. Contudo, é importante também deixar algumas linhas de recomendações, com o intuito de ajudar a aperfeiçoar o trabalho das associações na ilha e no país. Urge apostar na força do capital humano das associações, através de formações contínuas, quer na área do associativismo quer em outras áreas. É importante a criação de condições para um ambiente de interação tanto com outras associações locais como regionais e internacionais, proporcionando a troca de experiências, conhecer outras realidades associativas.

No fundo, é necessário dar a perceber aos elementos constituintes das associações que as ADC não são apenas um caminho para garantir emprego. Assim sendo, é preciso que se adotem uma outra postura perante a organização. Fazer-lhes compreender os reais objectivos que uma associação preconiza - designadamente o desenvolvimento integral da comunidade que representa - e que o seu benefício é destinado a cada elemento e à própria comunidade. Há a necessidade de um maior investimento no que se refere a consciencialização à volta do associativismo e do seu contributo no processo de desenvolvimento local e isto se supera mediante a adoção de novas abordagens e de uma nova estratégia de formação contínua dentro das comunidades.

Respondendo à nossa pergunta de partida: Que contributo efetivo as associações comunitárias dão ao desenvolvimento da ilha de SN em Cabo Verde? As associações comunitárias constituirão casos exemplares de promoção da participação cívica e, nessa medida, parceiros importantes no desenvolvimento da ilha de São Nicolau?

É reconhecido o papel exercido pelas associações de desenvolvimento local, na ilha de São Nicolau, sobretudo nas comunidades rurais. As suas actividades já realizadas

constituem a prova do seu crescimento e da aceitação que têm granjeado: acções destinadas ao desenvolvimento social, incentivo à promoção cultural, à prática desportiva, à capacidade empreendedora, ao micro crédito, à participação...são alguns dos aspetos que destacam nos planos de actividades das associações em prol do desenvolvimento das suas localidades. Em parceria com as autoridades locais, com sectores desconcentrados do Estado, com entidades privadas, e parceiros internacionais...têm vindo a auxiliar as famílias com menor capacidade financeira, sobretudo mães chefes de família, e a prestar apoio na formação e qualificação de quadros jovens. São caracterizadas de associações de desenvolvimento local na perspectiva de Brás (2000), porque “de um modo geral, intervêm na comunidade local ou na região, mobilizam as pessoas e os agentes para intervenções mais alargadas, promovem o estudo das potencialidades e recursos do território, dinamizam iniciativas de carácter económico, social, cultural, ambiental, executam projectos de educação e formação”.

De um modo geral, podemos dizer que há uma vontade (popular, generalizada), reinante nas comunidades, em apostar no movimento associativo. Isto é, que é possível encontrar, no indivíduo, marcas de confiança depositada nos seus representantes locais, ainda que em menor proporção.

Levar avante o processo de desenvolvimento, quer seja local, regional quer seja nacional, implica sempre uma relação de cooperação, requer confiança, exige reciprocidade. Daí que as associações de desenvolvimento comunitário só conseguem auxiliar no dito processo, mediante a aposta no potencial do seu capital social. As actividades associativas, quer sejam de carácter social, cultural, desportiva, ou outras, obrigam ao envolvimento das populações locais, uma vez que são os mesmos a identificarem as suas dificuldades e limitações.

Em São Nicolau o movimento associativo privilegia a acção conjunta, procurando envolver os seus agentes, na perspectiva de, em conjunto, identificarem as áreas privilegiadas de intervenção. Um importante papel é atribuído às associações de desenvolvimento comunitário, dado aos ganhos e incentivos com que têm auxiliado as suas comunidades: têm criado condições de cooperação com as Camaras Municipais, têm estabelecido parcerias com a Comissão Regional de Parceiros, sobretudo no que concerne ao desenvolvimento social, na educação; têm conseguido apoios na promoção de actividades geradoras de emprego e de rendimento, na cultura no desporto; tem-se

verificado uma constante presença das associações em encontros com dirigentes nacionais com o objectivo de representar as suas localidades e expor as suas preocupações; têm agido em prol da defesa do ambiente, principalmente na preservação das espécies e demais aspetos naturais que marcam as suas localidades e constituem fator de atração turística; têm vindo a demonstrar preocupação com a saúde local dos seus residentes, patrocinando palestras de sensibilização, etc.

É neste sentido, que achamos que as associações comunitárias, em São Nicolau, são importantes parceiros no processo de desenvolvimento local. Outrossim, as associações comunitárias tendem a influenciar os residentes locais a participarem activamente na vida política local; assumindo-se como intermediária entre os governantes e a população local, aproximam o poder local dos munícipes dando-lhes a conhecer as dificuldades vividas internamente pelas famílias.

As associações comunitárias em São Nicolau trabalham nesta perspectiva, ao contemplarem no seu programa, acções de formação pessoal, de qualificação de recursos humanos, de entre outras actividades direccionadas para o desenvolvimento das suas localidades. O movimento associativo, na sua fórmula abrangente, carece do envolvimento participativo por parte dos seus agentes, para que possa elevar aos patamares de desenvolvimento qualquer comunidade que almeje tais objectivos.

Em São Nicolau, as associações de desenvolvimento comunitárias têm pautado pelo envolvimento da população local na vida associativa, para que, juntos, possam identificar e resolver as dificuldades que travam o desenvolvimento das comunidades. A participação cívica/popular tem sido uma ferramenta importante para o normal funcionamento das suas comunidades e para a *saúde* da associação local. Fazendo uso adequado desta grande ferramenta, é possível alterar o rumo das situações e em seu próprio benefício.

A participação cívica/popular é notória dentro do movimento associativo, através da escolha livre e democrática dos representantes da comunidade, aquando da eleição dos membros que constituem os órgãos diretivos das associações: mesa de assembleia, conselho de direcção e conselho fiscal. Não só o voto, como também a adesão voluntária ao movimento associativo conta como marca da participação cívica/popular, na medida em que, o envolvimento voluntário da população em actividades como campanhas de sensibilização, palestras, etc., é gratificante.

De tudo o que foi dito ao longo desta dissertação podemos dizer que, em São Nicolau, as associações de desenvolvimento comunitário têm tido um papel importante no processo de desenvolvimento das suas comunidades e da ilha. Se tivermos a noção de que a ilha de São Nicolau é considerada de uma ilha periférica, nada mais valorativo que possuir associações que possam dar a conhecer as realidades da sua esfera privada ao domínio publico. As associações locais da ilha revelam-se de ‘primeiras instâncias locais’; são verdadeiros representantes das populações; por mais dificuldades que possam enfrentar, proporcionam ganho económico e social local e, lutam junto dos governantes centrais no sentido de manter as suas localidades na agenda do desenvolvimento.

Todas as hipóteses, que foram trabalhadas, na esteira da nossa pergunta de partida foram confirmadas. A nossa primeira hipótese partia do princípio de que a cooperação e o associativismo são essenciais para o desenvolvimento local. Tendencialmente há uma preocupação de criar laços sociais com a própria comunidade, diretamente, através dos projectos de ajuda ao desenvolvimento. Esta hipótese confirma-se, e os resultados do trabalho de terreno nos permitiram chegar a esta conclusão. Dos contactos mantidos com os representantes das associações de desenvolvimento comunitário, quer através de entrevistas quer do acesso ao plano de actividades, pudemos concluir que as actividades realizadas só se concretizaram mediante parcerias com outras instituições e, em muitos casos, essas associações viram projectos ficar em papel, porque dependentes das parcerias de cooperação.

Desprovidas de recursos financeiros próprios, as associações tendem a utilizar a ideia de ‘djunta mon’, para sensibilizar na realização de qualquer projecto de desenvolvimento local, já que, é partindo dessa estratégia que a acção local se pratica. As associações mobilizam os indivíduos estabelecendo linhas de contacto entre estes e as instituições, partindo de uma perspectiva cooperativa: redes sociais, relações sociais e relações humanas.

Portanto, as relações cooperativas que se criam entre as associações e seus potenciais parceiros são essenciais, visto que aumentam a competitividade de cada localidade, há uma maior possibilidade de entrada de novos benefícios para a comunidade através de criação de emprego local; é a partir da cooperação e do associativismo que se descobrem novos aspectos a serem valorizados, novas oportunidades.

Por último, embora não menos importante a segunda hipótese da dissertação afirmava que quando uma comunidade é bem organizada é mais produtiva, o desenvolvimento local é mais acelerado. Uma vez que são os próprios residentes que se organizam, identificam as suas dificuldades e limitações (partindo de uma perspectiva participativa), os benefícios sociais serão em maior proporção. Na mesma linha de pensamento da primeira hipótese, também os dados nos possibilitaram denotar a veracidade desta segunda. O desenvolvimento que é bem visível nas comunidades percorridas ao longo do trabalho de campo, em parte só foi possível graças à união que caracteriza as suas gentes. A união faz a força! Todos os agentes de desenvolvimento local, juntos, em prol de um único objectivo, conseguem obter ganhos significativos para o desenvolvimento das suas respectivas localidades. E é também importante, o dinamismo, a solidariedade...

Referências bibliográficas

- ALBINO, José Carlos et al.. (1997), *Desenvolver desenvolvendo, Práticas e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo*, Messejana: ESDIME.
- AMARAL, Ilídio (1964), “Santiago de Cabo Verde: A terra e os homens”. *Memória da junta de investigação do ultramar*, nº 48 IIª serie. Lisboa.
- AMARAL, Ilídio (2007), “Operações financeiras no sector informal das cidades subsarianas”, Lisboa.
- AMARO, Rogério Roque (1992), *Iniciativas de desenvolvimento local, caracterização de alguns exemplos*. Lisboa. Iscte/Iefp.
- AMARO, Rogério Roque (1993), “Desenvolvimento, um conceito ultrapassado ou em renovação: Da teoria à prática e da prática à teoria!” *Cadernos de estudos Africanos*, nº 4, Janeiro/ Julho, pag 37-70
- AMARO, Rogério Roque (2004), *Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovação- da teoria à prática e da prática à teoria*. Lisboa.
- ANIMAR. *Guia das Organizações de Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Ed: Instituto de desenvolvimento rural e hidráulica (DRH) e Instituto do emprego e formação profissional (IEFP)
- CANTERLE, Nilsa Maria (2004), *O associativismo e a sua relação com o desenvolvimento*. Beltrão-PR
- CAPITÁN, António Luís Hidalgo (1996), “Una visión retrospectiva de la economía del desarrollo”, Universidad de Huelva.
- CRP, *Programa de luta contra a pobreza no meio rural da ilha de São Nicolau*. 2007
- DOMINGOS, J Delgado (1998), “Ambiente e desenvolvimento sustentável. Perspetivas e políticas para o desenvolvimento regional”. Lisboa 12-13 Outubro
- FILHO, Montibeller Gilberto (1993), “Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, Conceitos e princípios”, *Textos de economia*, Florianópolis, V4, nº 1, pag 131-142.
- FRAGOSO, António (2005), “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas”. *Revista Lusófona de Educação*, 5 (63-83).
- FRANTZ, Walter (2002), “Desenvolvimento local, associativismo e cooperação”. Conferência apresentada no *Simpósio Internacional de Gestão Pública*.
- FRIEDMANN, John (1979), *Territory and function, the evolution of regional planning*. University of California Press.
- GIDDENS, Anthony (1992), *As consequências da modernidade*, Oeiras: Celta editora
- GONÇALVES, Filomena Conceição de Sena (2010), “Contributo das associações rurais do interior da ilha de Santiago no desenvolvimento de Cabo Verde: o

associativismo como alternativa de desenvolvimento e sustentabilidade social”. Praia.

GOVERNO DE CABO VERDE (2013), Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio [www.governo.cv]; acedido a 17/01/2013.

GOVERNO DE CABO VERDE (2013), Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia [www.governo.cv]; acedido a 17/01/2013.

HABERMAS, Jurgen (1996), *Between facts and norms*, Cambridge, Polity Press.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2001), *Guia para o associativismo*. Lisboa.

KREMER, Joelma (2007), “O Desenvolvimento sustentável”, em J.Kremer: *Caminhando rumo ao consumo sustentável: uma investigação sobre a teoria declarada e as práticas das empresas no Brasil e no Reino Unido*. Dissertação de doutoramento (PUC- São Paulo), pag 107-166.

LAYRARGUES, Philippe (1997), “Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito”. In *Proposta*, 25(71):5-10

LEONELLO, João Carlos, COSAC, Claudia Maria Daher (2008), “Associativismo como alternativa de desenvolvimento e sustentabilidade social”. *VI Seminário do Trabalho*, Marília (São Paulo).

LISBOA, Teresinha Covas; BONASSI, Fábio Angelo (2003), “O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na associação regional de empresas de materiais de construção da alta Magiona”. *Revista eletrónica da administração*, vol 02, ed 30 Julho/Dezembro.

MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward (1996), “Economia global, economia local. A controvérsia”. Instituto Piaget, Lisboa.

MELO, Alberto (1995), “O desenvolvimento local num contexto de economia mundializada”, In *Conferência europeia: desenvolvimento local e coesão social e económica na UE*”, Serpa: Ideia, pag 9-17.

MIDGLEY, J. Hall, et al. (1986), *Community participation, social development and the state*. Londres, Methuen.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2009), *Relatório de progresso de execução dos objetivos de desenvolvimento do milénio em Cabo Verde*. Cabo Verde.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (2000), *O associativismo e o microcrédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural: estudos de casos sobre Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique*. Departamento de Cooperação. Portugal.

MONTEIRO, Alcides A (2002), “O que as move? Ensaio de uma tipologia sobre as iniciativas de desenvolvimento local (idl’s) e as suas orientações na/para a acção”. Braga, *Vº Congresso Português de Sociologia*.

MORENO, Luís Manuel (2002), *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminhantes*, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

MURTEIRA, Mário (1990), *Lições de economia política de desenvolvimento*. Editorial presença.

OMC - Organização Mundial do Comércio (2013) [www.wto.org]; acedido a 17/03/2013

- PERROUX, François (1969), *L'économie du XX siècle*, 3^o ed PUF, Paris.
- PINA, Rita Maria Mendes (2007), “Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns de revitalização rural”. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (Faro, Universidade de Algarve). SPER/UALG.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – 2010* [www.pnud.org.br]
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013* [www.pnud.org.br]
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT Luc Van (2005), *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa.
- RAYNOUT, Claude; ZANONI, Magda (1993), « La construction de l'interdisciplinarité en formation intégrée d'environnement et du développement », Paris, UNESCO.
- REIS, José (1992), *Os espaços da indústria: a regulação económica e o desenvolvimento em Portugal*, Edições Afrontamento.
- REIS, José (1996), “O desenvolvimento local: condições e possibilidades”, in Hoven, Rudy e Nunes, Helena, *Desenvolvimento e Acção Local*. Fim do século. Lisboa, pp. 35-45.
- RODRIGUES, Adyr Balartreiri (2003), “Património, território y emprendedorismo: pilares del desarrollo del turismo en base local”. *Aportes y transferências*, año 7 vol II. Universidade Nacional del Mar Plata, pg 11-30. Argentina.
- ROSTOW, Walt W. (1964), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores [1960]
- RUIVO, Fernando (1990), “Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia”, *Revista crítica de ciências sociais*, 30, pag 75-95.
- SACHS, Ignacy, (1980), *Stratégies de l'écodéveloppement*. Ed Ouvrières, Paris
- SILVA, Manuela (1981) *Planificação regional, conhecimentos básicos*. Ministério de educação.
- SO, Alvin (1990), *Social change and development, modernization, dependency and world system theories*. Sage, California
- SOUFEN, Emílio (2008), *Associativismo e cadeia produtiva*, Central de associativismo.
- TOCQUEVILLE, Alexis (2001), *Da democracia na América*, Cascais, Princípia.
- TODARO, Michael (1985), *Economic development in the Third World*, Nova Iorque, Longman.
- VAN DETH, Jan (1997), “Introduction”, em Jan Deth (org.), *Private group and public life: social participation, voluntary associations and political involvement in representative democracies*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- VIEGAS, José Manuel (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso Português numa perspectiva comparativa europeia”. *Sociologia, problemas e práticas*, nº 46, pp 33-50.
- VIEIRA, Paula (2001), “Associativismo: Problematicar o seu potencial para estudar e enriquecer as relações sociais”. *Cadernos de ciências sociais*, nº21-22.

- WARREN, Mark (2004), “Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?”, em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs), *Democracia: novos desafios, novos horizontes*, Oeiras, Celta Editora.
- WESSEL, Bernard (1997), “Organizing capacity of societies and modernity”, em Jan Van Deth (org), *Private groups and public life: social participation and political involvement in representative democracies*, Londres, Routledge, pag 198-219.
- WILL M. Magalhães et al (2005), *Investigação por questionário*. Sílabo. Lisboa.

Anexo - Guião de entrevista aos representantes das associações

A. Dados gerais

1. Nome do(a) entrevistado(a):
2. Função ocupada na associação:
3. Nome da associação (incluir sigla):
4. Tipo e natureza de associação:
5. Principais objectivos da associação:
6. Ano de criação e de legalização:

B. Orgânica interna e eleições

7. Como caracteriza o perfil dos membros da associação?
8. Quais os órgãos que integram a associação?
9. Considera haver renovação desses órgãos?
10. Com que periodicidade são realizadas as eleições?
11. Os sócios aderem às eleições? Qual a média de participação?
12. A comunidade local costuma estar informada acerca das eleições?

C. Envolvimento da população local

13. Qual grau de proximidade entre a população e a associação?
14. A população procura a associação ou é a associação a procurar a população?
15. Acha que a população local confia na associação e seus dirigentes?

D. A acção e os projectos da associação

16. Como vê a relação entre os objectivos definidos e os meios utilizados para os atingir?
17. Poderia descrever um mecanismo utilizado para preconização de um dos objectivos?
18. Como é que a associação identifica as necessidades da comunidade, ou seja como agem localmente?
19. Que projectos/actividades já foram realizadas?
20. Como articulam os diferentes projectos?
21. Quem costuma participar na realização das actividades?
22. Há um acompanhamento dos projectos após a sua conclusão?

E. Recursos da associação

23. Que recursos materiais há na associação para a realização das actividades?
24. Qual a disponibilidade da associação em termos de recursos humanos?
25. Os recursos financeiros são de que natureza? Fundos próprios ou de terceiros?
26. Quais as prioridades da associação
27. Há novos projectos a realizar

F. Parceiros da associação

28. A associação age sozinha ou possui parcerias? Se sim:
 - a. Como caracteriza as parcerias?
 - b. Como surgem e como se promovem essas parcerias?
 - c. Como se gerem?
29. Que tipo de relação tem com a Câmara Municipal?
30. Costuma participar nas reuniões promovidas pela mesma?

G. Apreciação geral

31. De uma forma geral como avalia o trabalho feito até o momento?
32. Quais são as principais limitações e/ou dificuldades da associação.